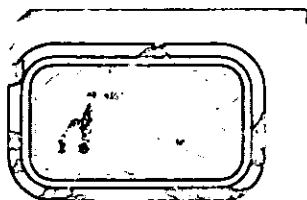


HT-47

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
**FACULDADE DE LETRAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, ESTRATÉGIAS DE  
DESENVOLVIMENTO E REALIDADES SOCIO-ECONÓMICAS E  
CULTURAIS: o caso do Distrito de Mueda, 1917 - 1992.**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane.



**PAULO PEDRO NACHAQUE**

**MAPUTO, MAIO DE 1998**

330-34 (679)  
N 1197 *dy*  
F. LETRAS U.E.M.  
R. E. 27081  
DATA 27 de Fevereiro de 2000  
AQUISIÇÃO objecto  
COTA HT-47

## **DECLARAÇÃO**

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

## DEDICATÓRIA

Em honra da minha mãe Reinata A. Kumaguelo, dos meus irmãos Casimiro Manuel, Lourenço J.Kumaguelo, Mónica Mwendo, Matilde Mwendo, Jovita Nachaque, Joana Nachaque, José Nachaque, Gila Nachaque e outros mais aqui não mencionados. Em memória da minha tia, Júlia A.Kumaguelo e do meu tio Abílio R.A.Kumaguelo.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, deixo registado nesta folha dedicada aos agradecimentos, o meu especial reconhecimento e agradecimento ao meu supervisor Prof. Dr. Gerhard Liesegang, pela dedicação e apoio dado no acompanhamento do trabalho e, sobretudo, a sua contribuição com ideias e sugestões.

Endereço também agradecimentos ao meu pai Pedro Nachaque que dia e noite, deu o seu apoio moral, para que tornasse possível a realização deste trabalho. Meus agradecimentos vão também todas pessoas e amigos que directa e indirectamente contribuíram com o seu apoio moral, para que este trabalho fosse avante.

Aos meus amigos especiais, Américo Polela, Eng<sup>o</sup> Cantelo, Baptista Mwikakwenu, Eng<sup>o</sup> Mekanika, Manuel Rosa, Martins M.Muluta, dr. Ntumbwida e Novais, aos meus primos Matias G.Kumagwelo, Jacob G.Kumagwelo, Guilhermina G.Kumagwelo, Zacarias Ernesto, Ireneo, Josina e Odete, aos meus sobrinhos Nelson, Ema, Justina, Felícia, Júlia, Sipihi, Marta, Raquel e outros aqui não mencionados, endereço meus especiais agradecimentos pelo apoio moral prestado.

## RESUMO

O nosso trabalho tem por tema transformações sociais no Distrito de Mueda entre 1917 e 1992 e apresenta uma análise da estratégia dos projectos de desenvolvimento realizados depois de 1975. É constituído por cinco capítulos divididos por sua vez em subcapítulos. O primeiro capítulo corresponde a parte introdutória; o segundo diz respeito a geografia do distrito; o terceiro descreve as transformações do Distrito de Mueda (1917-1992). O quarto capítulo trata dos projectos de desenvolvimento e seus beneficiários; o quinto e último capítulo, corresponde a conclusão do trabalho, seguida de bibliografia e fontes e glossário.

Esse estudo é resultado de uma investigação pessoal baseada na leitura e interpretação de diversa documentação relacionada com o tema, bem como na recolha directa de fontes orais. Visa analisar o processo de desenvolvimento socio-económico de Mueda, caracterizado por mudanças socio-políticas e económicas. A ocupação colonial efectuada em 1917, trouxe mudanças na estrutura social e económica da região como, quebra do poder linhageiro dos chefes tradicionais locais, obrigatoriedade do trabalho e do pagamento de impostos, trabalho migratório, diferenciação social, cultivo forçado de algodão e a produção para o mercado colonial.

O período da luta armada de libertação nacional (1964-1974) resultou numa nova estrutura de povoamento e distribuição do poder político. A partir de 1975, iniciam-se projectos de desenvolvimento ligados ao abastecimento de água, reflorestamento e desenvolvimento agrícola e comercialização.

Como resultado dessa investigação, cheguei a conclusão de que as estratégias de desenvolvimento iniciadas na região no período pós-independência com o apoio das ONG's estrangeiras, não foram bem inseridas na estrutura socio-económica e cultural da região. Isso deve ser visto como uma das causas do falhanço de projectos de desenvolvimento socio-económico investidos na região.

# ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>2</b>
1.1. CONCEITOS .....	3
1.2. PERIODIZAÇÃO .....	6
1.3. HIPÓTESES .....	7
1.3. METODOLOGIA .....	9
1.4. ANÁLISE DAS FONTES SOBRE MUEDA .....	10
<b>2. GEOGRAFIA DO DISTRITO DE MUEDA</b> .....	<b>12</b>
2.1. INTRODUÇÃO .....	12
2.2. LOCALIZAÇÃO E LIMITES .....	12
2.3. GEOGRAFIA FÍSICA .....	13
2.3.1. <i>Relevo e solos</i> .....	13
2.3.2. <i>O clima</i> .....	14
2.3.3. <i>A vegetação</i> .....	15
2.3.4. <i>Recursos hídricos</i> .....	15
2.4. GEOGRAFIA ECONÓMICA .....	15
2.4.1. <i>Agricultura</i> .....	16
2.4.2. <i>Comercialização e Mercados</i> .....	20
2.5. CONCLUSÕES .....	25
<b>3. AS TRANSFORMAÇÕES NO DISTRITO DE MUEDA (1917-1992)</b> .....	<b>26</b>
3.1. INTRODUÇÃO .....	26
3.2. OCUPAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA (1917-1920) .....	26
3.3. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIO-ECONÓMICAS NA CIRCUNSCRIÇÃO DOS MACONDES (1920-1955) .....	32
3.4. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIO-ECONÓMICAS DA SOCIEDADE MACONDE (1955-1964).....	39
3.5. A LUTA ARMADA E SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO DE MUEDA (1964-1974).....	45
3.6. TRANSIÇÃO PARA A INDEPENDÊNCIA E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO DE MUEDA (1974-1979) .....	51
3.7. A PARTICIPAÇÃO DAS ONG'S INTERNACIONAIS NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO DO DISTRITO (1979-1985).....	54
3.8. ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA DO DISTRITO DE MUEDA DURANTE A GUERRA CIVIL (1985-1992).....	56
3.9. CONCLUSÕES .....	60
<b>4. PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO E SEUS BENEFICIÁRIOS</b> .....	<b>62</b>
4.1. INTRODUÇÃO .....	62
4.2. PROJECTO COLONIAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MUEDA .....	62
4.3. PROJECTO DE REFLORESTAMENTO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MUEDA (FO-9) .....	66
4.4. PROJECTO DE APOIO A COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA (CRIAA) .....	71
4.5. CONCLUSÕES .....	72
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	<b>73</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA E FONTES</b> .....	<b>77</b>
FONTES NÃO PUBLICADAS .....	77
FONTES PUBLICADAS .....	80
FONTES ORAIS .....	89
<b>7. GLOSSÁRIO</b> .....	<b>91</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho com o título "Transformações Sociais, Estratégias de Desenvolvimento e Realidades socio-económicas e Culturais: o caso do distrito de Mueda, 1917-1992", visa analisar o processo de desenvolvimento socio-económico de Mueda. Vai estudar as mudanças sociais ocorridas na região, resultantes dos factores políticos,, como a ocupação colonial, instabilidade social derivada das lutas de resistência anti-colonial, da guerra de libertação nacional e do conflito armado terminado em 1992, bem como a instabilidade económica derivada da imposição de métodos coloniais de organização da produção, assim como a produção para o mercado.

Vai estudar ainda, a relação entre as estratégias de desenvolvimento e realidades socio-económicas e culturais, visando compreender as formas da sua organização, implementação e gestão,, bem como os factores que interferem e limitam a sua implementação.

As razões da escolha do distrito de Mueda para o nosso estudo têm a ver para além de objectivos meramente académicos, como também com questões de afinidade cultural, por ser região habitada por um grupo étnico com que o autor se identifica culturalmente.

## 1.1. Conceitos

Designamos de transformações sociais, os processos multiformes de mudança da sociedade tendo como actores pessoas locais e externas que se adaptam ou reagem a novas condições económicas, políticas e sociais<sup>1</sup>.

É bastante difícil dar uma correcta definição do conceito de "estratégias de desenvolvimento", devido a forma como elas são concebidas por vários estudiosos e investigadores da ciência económica, chegando-se as vezes a confundir-se com as políticas de desenvolvimento.

A nossa percepção do conceito, tende também a aproximar-se dessa posição. Por estratégias de desenvolvimento entendem-se "programas de acção, orientação e opções económicas e políticas próprias dos grupos sociais, das classes e das organizações ou instituições que as formulam"<sup>2</sup>. Políticas de desenvolvimento, na nossa óptica, seriam também o conjunto dessas estratégias e modelos adoptados por um determinado estado ou nação, representado por esses grupos sociais ou classes, com vista a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural em vários universos socio-culturais.

O próprio conceito de desenvolvimento recobre, segundo

---

<sup>1</sup> Referência do conceito "transformações sociais", foi fornecida pelo Dr. Gerhard Liesegang (supervisor do trabalho).

<sup>2</sup> BARRETO, António., "Desenvolvimento e política", In: Revista Tempo, nº94, Maputo, 2.7.1972, p.41.



António Barreto, "um modo de intervenção na sociedade, uma estratégia, uma acção que pretende essencialmente solucionar os problemas postos pela relação entre as necessidades e a sua satisfação"<sup>3</sup>.

Mário Murteira<sup>4</sup>, na análise que faz sobre estratégias alternativas de desenvolvimento na África Austral, em particular Angola e Moçambique, chama atenção para as seguintes orientações:

- Prioridade à satisfação das necessidades básicas da população (sobretudo as necessidades alimentares);
- Intensificação do esforço interno, isto é, apelo à "confiança nas próprias forças" ou "self-reliance" nas iniciativas locais e regionais para benefício directo e imediato dos próprios agentes;
- Especial atenção deve ser dada ao sector tradicional, ao meio rural e aos camponeses que constituem a grande massa da população;
- Atenção ainda deve ser dada às opções tecnológicas, visando encontrar soluções que se adequem a cada contexto, isto é mais criadoras de emprego e menos intensivas em capital e divisas, assim como de mais simples aprendizagem e menor custo de manutenção;
- Reorientação do sistema produtivo nacional, na medida do possível, para as produções básicas, quer bens de consumo, quer instrumentos de produção, uns e outros em larga medida

---

<sup>3</sup> BARRETO, António., "Desenvolvimento e política", In: Revista Tempo, n°93, Maputo, 25.6.1972, p.34.

<sup>4</sup> MURTEIRA, Mário, "Desenvolvimento e Segurança na África Austral: notas sobre os casos de Angola e Moçambique. Economia e Socialismo, 60 (Jan-Març.1984), pp8-9.

orientados para as necessidades do meio rural;

- Na orientação das escolhas de investimento, prioridade deve ser dada à reparação e utilização plena das capacidades instaladas sobre o lançamento de novos grandes projectos, de maior custo em capital e divisas, de difícil gestão e problemático desfecho, em particular pelas elevadas deseconomias externas existentes (carência de infra-estruturas de todos os tipos, dificuldades de manutenção de equipamentos complexos, ausência de elementos seguros de cálculo económico, etc.);
- Descentralização e desconcentração dos aparelhos administrativos, reduzindo ao mínimo os circuitos burocráticos entre escalões de planeamento aos diversos níveis.

Para Oleg Katikhin<sup>5</sup>, o cerne de toda estratégia económica, consiste na aceleração do processo de desenvolvimento socio-económico. Para que isso se torne possível, requer a disponibilidade dos respectivos factores e condições, referindo-se neste caso não a um determinado factor, mas sim a todo um conjunto de factores relacionados com as forças produtivas, relações de produção e domínio das superestruturas.

Quanto a Samir Amin<sup>6</sup>, as estratégias de desenvolvimento devem ser seguidas sequencialmente pelas oportunidades na forma de organização e na consciência social.

---

<sup>5</sup> KATIKHIN, Oleg., "Aperfeiçoamento da realização da propriedade comum do povo", In: URSS: A dinamização do desenvolvimento socio-económico, Moscovo: Academia das Ciências Sociais da URSS, 1987, p.65.

<sup>6</sup> Samir Amin citado por STOVRLING, Jorn In: "A discussion of a frame of analysis to the study of industrialization in Mozambique", [s/refs], p.2.

## **1.2. Periodização**

Para a análise do nosso trabalho e com vista a compreensão de alguns factores que dum ou doutro modo influenciaram todo o processo de desenvolvimento socio-económico da região em estudo, foram propostas algumas balizas cronológicas baseadas em alguns acontecimentos socio-históricos ocorridos na região.

Assim, as nossas balizas cronológicas (1917-1992), foram divididas em oito pequenos períodos: (antes de 1917; 1917-1920; 1920-1955; 1955-1964; 1964-1974; 1974-1979; 1979-1985 e 1985-1992) baseados em certos processos e acontecimentos socio-históricos organizados de acordo com a seguinte cronologia:

- Período antes de 1917: integração das sociedades locais no mercado mundial.
- 1917- Ocupação militar de Mueda durante a Iª Guerra Mundial.
- 1920- Ocupação administrativa colonial portuguesa em Mueda.
- 1955- Entrada em vigor do Decreto-lei colonial nº40405, que introduz alterações na regulamentação da cultura de algodão com a criação de sociedades cooperativas indígenas de produtores de algodão.
- 1964- Início da luta armada em Mueda em particular, e em Moçambique em geral.
- 1974 - Cessar fogo e formação do governo de transição em

Moçambique.

- 1979 - Fase do início de implementação de projectos de desenvolvimento socio-económico em Mueda.
- 1985 - Fase de intensificação da guerra civil em Mueda.
- 1992 - Fim da guerra civil e assinatura em Roma (Itália) do Acordo Geral de Paz (AGP).

### **1.3. Hipóteses**

O estudo por nós realizado em Mueda, mostrou-nos a existência de uma grande desarticulação no desenvolvimento socio-económico da região. As estratégias de desenvolvimento definidas para a região, têm tido pouco apoio da população, que se mostra muitas vezes desinteressada por não conhecerem os seus princípios, objectivos e importância no desenvolvimento socio-económico da região.

Assim, o nosso trabalho parte do pressuposto de que o conhecimento profundo das realidades socio-económicas e culturais da região em estudo, assume-se como factor determinante na promoção e implementação de estratégias de desenvolvimento socio-económico pois, sem o conhecimento dessas realidades, será difícil traçar as estratégias, definir as prioridades e programas de acção.

Conhecendo melhor as realidades socio-económicas da região (formas de organização social, potencial económico, práticas rituais, formas expressão cultural e o grau de evolução

cultural), permitiria traçar estratégias mais concretas e realistas de desenvolvimento socio-económico da região.

Qualquer estratégia de desenvolvimento socio-económico, deve ser enquadrada num processo de desenvolvimento integrado da região, com vista a promoção de programas de acções coordenadas entre os vários sectores socio-económicos.

A descentralização ao nível dos órgãos locais na definição e decisão de estratégias de desenvolvimento socio-económico da região, revela-se como um factor importante pois, sendo eles os melhores conhecedores das realidades socio-económicas e culturais da região, seriam bastante úteis na definição do tipo de estratégias, áreas de acção e o tipo de grupos sociais a beneficiar.

Nos projectos de desenvolvimento, o uso de tecnologias que não se adequam ao contexto socio-cultural, julga-se como uma das causas do insucesso dos mesmos. Tornam difícil a aprendizagem, assimilação e gestão das tecnologias no seio das comunidades locais.

A exclusão das comunidades e das forças produtivas locais na planificação, implementação e gestão de estratégias de desenvolvimento, não contribui para o sucesso das estratégias.

A inclusão de alguns chefes locais na implementação de algumas estratégias de desenvolvimento, presume-se que seja um meio para o fortalecimento do seu poder e prestígio social, assim como para a obtenção de dividendos económicos. Não contribui para o benefício social das comunidades em geral.



A instabilidade política e social motivada pelas guerras ocorridas na região, aliada à sua localização em relação aos grandes polos de desenvolvimento, bem como a inexistência de grandes infraestruturas socio-económicas (portos e caminhos de ferro), justificam o atraso do desenvolvimento socio-económico que se regista na região.

### **1.3. Metodologia**

O presente trabalho, é resultado de uma investigação levada a cabo pelo autor, para reunir o material necessário para a realização desse estudo. Para a realização desse trabalho, foi particularmente importante o uso de uma metodologia baseada na consulta de diferentes fontes. Nesse caso, as fontes de informação por nós utilizadas foram as seguintes:

- Fontes escritas primárias e secundárias existentes em várias bibliotecas e centros de documentação da cidade de Maputo, bem como no Arquivo Histórico de Moçambique, das quais constam na nossa lista bibliográfica. A maioria delas são materiais impressos como Boletins Oficiais de Moçambique, Anuários de Moçambique, Boletins da Companhia do Niassa, relatórios de governadores e administradores coloniais, relatórios das Organizações Não Governamentais nacionais e estrangeiras, relatórios dos governos nacional, provincial e local, monografias, revistas, jornais, artigos e colectâneas.
- Entrevistas abertas semi-estruturadas e não-estruturadas, feitas

em Português e em Ximaconde durante a pesquisa de campo entre os meses de Julho e Agosto do ano de 1996, dirigidas a informadores não necessariamente chaves ou da elite como, funcionários do governo local, camponeses, comerciantes, artesãos, estudantes, desmobilizados de guerra, combatentes da luta de libertação nacional, professores e enfermeiros.

- Observação directa da realidade e convívio social.

Durante a realização do trabalho de campo, deparámo-nos com dificuldades de vária ordem nomeadamente, falta de transporte que permitisse a nossa deslocação para as várias aldeias e postos administrativos, pouco apoio por parte das estruturas administrativas locais, dificuldades de contacto com os informadores e dificuldades na abordagem das questões colocadas aos informadores.

#### **1.4. Análise das fontes sobre Mueda**

Antes do século XX, não há informações documentais sobre Mueda. Existem algumas referências aos macondes fornecidas pelos viajantes ingleses como Chauncey Maples e John Kirk. Na literatura sobre as viagens de exploração de David Livingstone em 1861 e 1866, há alguma referência aos macondes do vale do Rovuma. Os vizinhos consideram-nos como guerreiros ferózes, munidos de arcos, flechas, e espingardas, protegidos por fortificações de palissadas e com uma organização social desprovida de grandes

chefes<sup>7</sup>.

Nos anos 50, foram desenvolvidos estudos antropológicos na região dos macondes por Margot e António Jorge Dias e Inácio Guerreiro. Resultaram em quatro volumes que foram muito úteis para o nosso trabalho. Esses estudos, contribuíram para o conhecimento da vida socio-económica, cultural, material e espiritual dos macondes<sup>8</sup>.

O maior leque de estudos referentes a Mueda, foram desenvolvidos no período pós-independência, baseados em vários aspectos da vida política, económica e cultural dos macondes. Alguns desses estudos, foram de maior relevância para o nosso trabalho, sobretudo os artigos, relatórios, colectâneas e boletins produzidos pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, que retratam a história de Mueda, desde a ocupação efectiva colonial portuguesa, passando pela luta armada de Libertação até a independência nacional.

Alguns dos colaboradores nestes projectos, apresentaram em monografias, artigos de revistas e colectâneas, alguns dos resultados a título individual, tais são os casos de Yussuf Adam, Anna Maria Gentili, Bertil Egero, Gary Littlejohn e outros. A História de Moçambique de René Pélissier também contém material relevante.

---

<sup>7</sup> CEA-UEM., "Não vamos esquecer", Boletim informativo da Oficina de História, nº1, Maputo, 1982. p.39. Cf também Dias, 1964. Cf. também Adam, 1993, p.10.

<sup>8</sup> Dias e Dias 1964-1970. Margot Dias preparou também alguns filmes sobre ritos de iniciação, olaria, etc.



## 2. GEOGRAFIA DO DISTRITO DE MUEDA

### 2.1. Introdução

Neste capítulo, as nossas atenções centrar-se-ão na localização, descrição e caracterização do distrito de Mueda no contexto da sua geografia física e económica, para que possamos ter um panorama geral da região em termos da sua plataforma física, isto é, relevo e solos, o clima, o seu revestimento vegetal, recursos hídricos, a sua economia, bem como a questão de comercialização e mercados, incidindo fundamentalmente na questão das rodovias e distâncias entre os postos de comercialização, o que nos permitirá de certa forma, compreender algumas realidades socio-económicas da região e estabelecer uma base analítica mais sólida do nosso estudo.

### 2.2. Localização e limites

O Distrito de Mueda localiza-se na parte setentrional da província de Cabo Delgado cobrindo uma área de cerca de 14.150 Km<sup>2</sup> e em 1991, com uma população estimada em 87.301 habitantes, sendo o segundo maior e mais povoado da província de Cabo-Delgado, depois de Namuno e Montepuez respectivamente<sup>9</sup>.

No que se refere aos seus limites geográficos<sup>10</sup>, o distrito

---

<sup>9</sup> Comissão Nacional do Plano, Enumeração da população e agregados familiares das cidades e alguns distritos e postos administrativos de Moçambique, Série estimativas demográficas, Maputo, 1991, tabela n.º3, p.5. Sobre o mesmo assunto, vide também PILLILÃO, Fernando., Moçambique: Evolução da toponímia e da divisão territorial, 1974-1987, Maputo, 1989, p.30.

<sup>10</sup> Vide Atlas Geográfico Vol.I., p.12; e o mapa em anexo.

de Mueda tem os seguintes limites: ao norte faz fronteira com a República da Tanzânia através do rio Rovuma, a nordeste é limitado pelo distrito de Nangade, ao sul é limitado pelos distritos de Montepuez e Meluco através do rio Messalo. A sudeste faz limite com o distrito de Muidumbe, e ao oriente é limitado pelo distrito de Mocímboa da Praia. Ao ocidente é limitado pelo distrito de Marrupa (Província do Niassa) e pelo rio Lugenda.

Administrativamente, o distrito de Mueda conta com um total de 60 aldeias e 5 postos administrativos, nomeadamente Mueda-sede, Chapa, Imbuho, Negomano e N'gapa. Os dois últimos ficam situados a uma distância de 172 e 60 km da sede distrital respectivamente.

### **2.3. Geografia física**

#### **2.3.1. Relevo e solos**

O Distrito de Mueda é constituído por uma vasta plataforma de relevo ondulado com planaltos de variadas altitudes, na qual se observam baixos planaltos, com altitudes que vão de 200-500 metros, a volta dos quais se estende uma planície com altitude que varia entre 100-200 metros.

Podemos também encontrar alguns retalhos de planaltos médios, sendo o mais importante o planalto de Mueda, com 847 m de altitude<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Vide Atlas Geográfico Vol. I., p.14.-

No que se refere a composição dos solos, o distrito de Mueda é constituído por solos arenosos avermelhados na parte nordeste do distrito; solos franco-argilosos e argilosos vermelhos na parte ocidental do distrito<sup>12</sup>.

### 2.3.2. O clima

O distrito de Mueda que as vezes sofre a acção dos ventos alíseos do oceano indico, possui um clima tropical húmido, chuvoso, mesotérmico e com chuva deficiente durante o inverno <sup>13</sup>.

A precipitação média anual do distrito é superior a 1000 mm, com temperaturas médias anuais que variam entre 23-26°C nos meses mais quentes (Novembro a Fevereiro), e entre 19-20°C nos meses mais frios (Junho a Julho)<sup>14</sup>.

A estação chuvosa vai de Dezembro a Abril, havendo uma precipitação mínima no período de Julho a Setembro.

### 2.3.3. A vegetação

O revestimento vegetal do distrito de Mueda é constituído de

---

<sup>12</sup> Ibidem, p.13.

<sup>13</sup> AZEVEDO, Ário Lobo., "Estudo de alguns factores climáticos", In: Esboço do reconhecimento ecológico-agrícola de Moçambique, Vol.I., Junta de Exportação do Algodão, Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1955, p.238.

<sup>14</sup> RIJSDJK, Anton, et.all., "Estudo hidrogeológico para o melhoramento do sistema de abastecimento de água a vila de Mueda", Maputo, DNA, 1992, p.1.

### **2.3.3. A vegetação**

O revestimento vegetal do distrito de Mueda é constituído de florestas abertas de miombo semi-decíduo de alta pluviosidade e decíduo tardio, dentro dos quais podemos encontramos alguns retalhos de savana<sup>15</sup>.

### **2.3.4. Recursos hídricos**

Em geral, o Distrito de Mueda é conhecido como uma das regiões da província de Cabo Delgado com grave carência de água a superfície. Isso deve-se pelo facto da região ser atravessada por poucos cursos de água, dos quais os rios Rovuma, Messalo e Lugenda, são conhecidos como principais, e Muirite, Muera, Chude, Omba e N'tamba como rios secundários, que durante os meses de Agosto e Setembro ficam completamente secos, causando assim graves problemas à população da região.

## **2.4. Geografia Económica**

Com este subcapítulo pretende-se descrever de forma breve e em função do tempo, a evolução de alguns sectores chaves que

---

<sup>15</sup> Vide Atlas Geográfico de Moçambique, Vol. I., pp. 18-19.

constituem a base do desenvolvimento socio-económico do distrito de Mueda. Assim, a nossa descrição vai incidir fundamentalmente na área da agricultura, comércio e mercados. Na agricultura estudaremos a evolução das formas da sua organização, métodos de cultivo e certos rituais a ela ligados.

Na área de comércio e mercados, o estudo vai basear-se na análise da evolução das formas de comercialização, principais mercados, distâncias entre as zonas de produção e os mercados, bem como a situação das rodovias que são as principais pontes de ligação entre as zonas de produção e de comercialização.

#### **2.4.1. Agricultura**

A agricultura é a principal actividade económica do distrito de Mueda. Ela foi conhecendo ao longo dos anos (1917-1992) uma enorme transformação, quer nas formas da sua organização, quer nos seus objectivos, bem como nos seus métodos de cultivo.

No que se refere as plantas cultivadas, as mais destacadas eram o milho, a mandioca, a mapira, o amendoim, o feijão, abóboras, entre outras. Plantavam também árvores de fruto como, mangueiras, cajueiros, citrinos, goiabeiras, etc.

No distrito de Mueda distinguem-se dois sistemas agrícolas principais nomeadamente, agricultura itinerante, que é praticada nas zonas baixas e com mais terras para o cultivo, e o sistema de rotação de culturas, que é praticada nas zonas altas e com maior

densidade populacional, visando o aproveitamento racional da pouca terra disponível.

Na sociedade tradicional, a agricultura era desenvolvida com fins de subsistência familiar, e era feita dentro do espaço pertencente à povoação familiar<sup>16</sup>.

A terra era em princípio, pertença da povoação e/ou comunidade, sendo a sua distribuição da responsabilidade do *mwene kadja* ( chefe da povoação).

Nos sítios onde havia mais terra, as pessoas estavam livres de escolher as zonas que lhes convinhão para fazer as suas machambas, desde que não estivessem ocupadas<sup>17</sup>.

A actividade agrícola era principalmente, praticada pela mulher, cabendo ao homem a função de colaborador de todos trabalhos do campo, dado que a sua principal actividade era a recolecção e caça.

A colaboração do homem nos trabalhos agrícolas era feita especialmente na época de derrube do mato e da colheita, por serem tarefas muito duras e difíceis de serem executadas por uma mulher, principalmente a primeira onde são empregues certas alfaias tradicionais que requerem muita experiência no seu manuseamento como *upanga* (catana), *mundu* (espécie de foice) e *imbedo* (machado).

Devido as especificidades hidrológicas da região, os macondes cultivavam exclusivamente em regime de sequeiro.

---

<sup>16</sup> OLIVEIRA, Ângela Maria Rebelo de., *Análise das relações sociais de produção na sociedade Maconde (1850-1984)*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1988, p.73.

<sup>17</sup> DIAS, Jorge., *Os Macondes de Moçambique*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Vol.I., 1964, p.103.

À semelhança das outras sociedades africanas em geral, e moçambicanas em particular, os macondes praticam certos rituais ligados a agricultura tais como:

- Ritos de *lupaleko* (imunização) das machambas contra os feiticeiros, que consiste no enterramento em qualquer dos cantos em redor da machamba, de uma cabaça ou panela de barro contendo *ntela* e/ou *inumba* (droga) contra os feiticeiros, para impedir que estes atentem contra os rendimentos das machambas;
- proibição de assobios e conversas com "estranhos" durante a sementeira, para garantir que as sementes germinem bem;
- algumas pessoas dotadas de certo poder sobrenatural, que são geralmente curandeiros-feiticeiros, têm a capacidade de criar cobras que protegem a machamba contra qualquer malefício preparado por um feiticeiro e que atente contra as boas colheitas<sup>18</sup>.

Com a presença colonial portuguesa depois de 1920, e especialmente depois de 1935, o sector agrícola começa a sofrer uma enorme transformação, quer nos objectivos da sua produção, quer nos métodos de cultivo e nas formas de organização da produção.

As estruturas administrativas coloniais procuraram inicialmente manter a produção familiar camponesa, tirando proveito dos excedentes da produção que o Estado e capitalismo colonial tanto necessitavam para a sua alimentação<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> *Ibidem*, p.117.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Maria Ângela Rebelo de., *Op.cit.*, p.51.

Esta situação durou pouco tempo, visto que volvidos alguns anos, isto é, nas décadas 30 e 40, o governo colonial procurou integrar a população camponesa por via do trabalho forçado, no ciclo das culturas obrigatórias. Assim, a produção familiar dos macondes passou a ser organizada em dois ciclos : Um de subsistência e outro de mercado, todos baseados na produção agrícola.

Na sequência da introdução de culturas obrigatórias no distrito de Mueda, a administração colonial teria, segundo a opinião de Ângela M.Oliveira procurado, a partir dos anos 50, modificar a dieta alimentardos macondes, substituindo os produtos alimentares básicos (milho e mapira) pela mandioca, na perspectiva de garantir a libertação da mão-de-obra para a produção de algodão, e intensificar o trabalho anual dispensado aos membros de cada grupo doméstico<sup>20</sup>.

O espaço agrícola maconde destinado a produção familiar, passou também em função da introdução da cultura forçada do algodão, a ser fragmentado em parcelas e sujeito a novos arranjos.

Durante a luta armada de libertação nacional, nas chamadas zonas libertadas, novas modalidades começam a desenhar-se em torno da produção agrícola. Contrariamente às sociedades agrícolas tradicional e colonizada, distinguem-se aqui três modalidades de produção: familiar, cooperativa e de ajuda mútua, cujos objectivos eram de alimentar a população e os

---

<sup>20</sup> OLIVEIRA, Maria Ângela Rebelo de., *Análise das relações sociais de produção na sociedade maconde (1850-1984)*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1988, p.58.



guerrilheiros, bem como para a comercialização com mercados externos através da vizinha República da Tanzânia<sup>21</sup>.

Por alturas da independência em 1975, Cabo-Delgado em geral e Mueda em particular, devido a ausência de uma implantação colonial-capitalista muito forte tal como aconteceu nas outras regiões do país como Maputo e Manica, para citar apenas dois exemplos, a nível da produção agrícola, encontramos um grande sector familiar e um pequeno sector privado.

#### **2.4.2. Comercialização e Mercados**

Ao analisar a questão de comercialização e mercados no distrito de Mueda, pretende-se descrever os factores que nele interveem, a sua evolução no tempo, suas limitações, distâncias entre as zonas de produção e postos de comercialização, bem como o estado das rodovias.

A questão de comercialização em Mueda, não se apresenta como uma actividade nova na história da região, dado que ela remonta desde os tempos mais recuados. Antes da presença colonial portuguesa na região em 1917, Mueda já se encontrava integrado no circuito económico mundial<sup>22</sup>.

Os primeiros contactos comerciais dos macondes, tinham sido estabelecidos com os comerciantes árabe-swahilis da costa<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> Adam 1993, p.36, diz que a população distinguia duas modalidades e a Frelimo as três aqui referidas.

<sup>22</sup> ADAM, Yussuf., "Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento", Arquivo, 14(1993):10.

<sup>23</sup> Adam 1993, p.11.; Adam 1996, p.222.

Os Macondes levavam a borracha, goma copal e cera (bens mais procurados no litoral na altura), para os portos costeiros de Mocimboa da Praia, Ibo, Meningane (Palma), Pangane e Quissanga, recebendo em troca bens matrimoniais e de prestígio tais como panos, sal, espingardas e pólvora<sup>24</sup>.

Na segunda metade do século XIX, Mueda foi portanto integrada no circuito económico de uma extensa região geográfica. Permitiu a expansão de todas as actividades relacionadas com a agricultura pois, a partir desse período, os mercados do litoral já começavam a absorver oleaginosas como, o amendoim, rícino, gergelim e cereais, que gradualmente foram substituindo a borracha, goma copal e cera<sup>25</sup>.

Com a presença colonial portuguesa na região, as trocas comerciais dos macondes começam a ter um novo figurino. Cresceu a comercialização de culturas de rendimento (amendoim, milho, feijão, etc.) e desenvolveu-se o domínio de técnicas de produção agrícola, visando assegurar o incremento da produção dessas culturas para o mercado colonial.

Para além de trocar os seus produtos nos mercados coloniais, o mais importante comércio dos macondes era mantido com a Tanganyika através do Rovuma, no Planalto de Newala, Mtwara e Lindi (na costa da actual Tanzania), por ser o mercado predilecto porque os locais de troca nesse país vizinho, ficavam mais

---

<sup>24</sup> CEA-UEM, "Não vamos esquecer", *Boletim Informativo da Oficina de História*, n.º 1, 1982, p.8. Cf. também OLIVEIRA, Ângela M. Rebelo de, *Análise das relações sociais de produção na sociedade Maconde (1850-1984)*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1988, p.43; Adam 1993, p.11.

<sup>25</sup> OLIVEIRA, Ângela M.R. de, *Análise das relações sociais de produção na sociedade maconde (1850-1984)*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1988, p.45; Cf. também Y.Adam, *Op.cit.*, p.11.

próximo<sup>26</sup>.

Um aspecto importante que importa referir, é a partir de ca.1940, a ligação comercial da produção familiar com a dos macondes com os mercados coloniais, era assegurada pelos cantineiros e as concessionárias que adquiriam os produtos locais a termos de troca mais favoráveis.

A actividade agrícola comercial em Mueda, conheceu um significativo crescimento nos anos 40 que segundo Yussuf Adam, "A produção agrícola comercializada em média entre 1940 e 1962 foi de 3.000 toneladas anuais, com picos regulares na produção do milho"<sup>27</sup>.

Com o advento da luta armada de libertação nacional em 1964, a FRELIMO, na perspectiva de tornar transparente a comercialização agrícola camponesa organizou nas zonas libertadas, cooperativas populares de consumo, onde os camponeses vendiam e trocavam e os seus produtos agrícolas por sal, sabão e roupa dos quais careciam. Não se sentiram explorados.

Grande parte desses produtos, eram comprados na Tanzania pela FRELIMO e depois transportadas pelas populações até as referidas cooperativas. Por alturas da independência, o circuito Moçambique-Tanzania deixa de existir<sup>28</sup>. Consequentemente, começa a registar-se uma procura acentuada de produtos de primeira necessidade em Moçambique.

---

<sup>26</sup> DIAS, Jorge, Os Macondes de Moçambique, citado por OLIVEIRA, Ângela M. Rebelo da., Op.cit., p.57. Cf também CEA-UEM., "Não vamos esquecer", Boletim Informativo da Oficina de História, n°1, 1982, p.8.

<sup>27</sup> ADAM, Yussuf., "Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento", In: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, n°14, Maputo, 1993, p.19.

<sup>28</sup> Faltava apurar se foi pela eliminação das instituições que fizeram este comércio ou pela crise económica que abalou Tanzania entre 1974 e 1977.

A alternativa encontrada pelas populações para suprir essa demanda de produtos de primeira necessidade, foi orientar a sua comercialização para Mocímboa da Praia que era o ponto próximo. Todavia, em Mocímboa da Praia elas deparam-se com uma outra realidade pois, a FRELIMO não tinha estabelecido ali os seus postos de comercialização e, o único sector de comércio mais desenvolvido nesse ponto, era o sector privado que estava em crise.

Tomando em conta a questão da falta de transportes, as distâncias a cobrir entre Mueda-Mocímboa da Praia, e própria segurança de pessoas e bens, era urgente que a FRELIMO encontrasse uma solução rápida do problema.

É nesse contexto que são criados nos primeiros anos da independência, nas chamadas zonas libertadas, as Lojas do Povo, que eram como espécie de entrepostos de compra e venda dos produtos dos camponeses em moldes justos e a preços aceitáveis<sup>29</sup>.

A questão de comercialização agrícola em Mueda, tem sido condicionada pela problemática de transportes, vias de comunicação e os mercados. O crónico problema da falta de transportes e o mau estado das rodovias, tem vindo a minar nos últimos anos, todo o processo de comercialização agrícola em Mueda.

A principal via que estabelece ligação entre a cidade capital (Pemba) e Mueda, é a E.N.246, construída no tempo colonial, encontrando-se nesse momento em avançado estado de

---

<sup>29</sup> "Cabo-Delgado: o grave problema de comercialização e transportes" In: Revista Tempo, n°348, 5/6/1977, p.49.  
Cf também Adam (1993):64-65.

degradação. É por essa via que se procede o escoamento da produção agrícola e se dá todo tipo de assistência às populações de todos os distritos da zona norte da província de Cabo Delgado em geral, e de Mueda em particular.

Actualmente em grande parte do seu percurso, a transitabilidade é deficiente. Sobretudo no troço Macomia-Awasse (numa extensão de cerca 150 km), a estrada encontra-se completamente destruída, o que dificulta todo tipo de assistência às populações e o escoamento da produção agrícola.

Situação similar regista-se também nas vias de comunicação entre a sede do distrito e os respectivos postos administrativos, devido ao mau estado das estradas, e à crise de transportes, o que faz com que não haja escoamento da produção agrícola, nem garantia de todo tipo de assistência às populações.

Em termos da produção agrícola comercializada, essa situação provoca sérios problemas pois, há uma tendência de diminuição da produção agrícola comercializada por parte da população, aumentando a produção familiar de subsistência.

Pelas constatações feitas no terreno em 1996, notamos um grande desenvolvimento do comércio informal em Mueda, feito por via de contrabando com a vizinha Tanzania. Os seus actores são jovens desempregados e militares desmobilizados, que se deslocam para esse país vizinho para trocar ou comprar produtos mais procurados no distrito como, capulanas, óleo, açúcar, sabão, sal e pilhas. Os preços são mais altos que os praticados na capital da província ou na capital do país.

O mercado tanzaniano tem sido actualmente preferido pelas populações de Mueda à semelhança do que acontecia antigamente. As razões disso julgamos serem sobejamente conhecidas pois, os postos de comercialização nesse país vizinho ficam relativamente perto. Os custos de transporte são mais reduzidos em relação a distância Mueda-Pemba, estimada em 120.000,00 MTs por pessoa (na altura do trabalho de campo, Julho a Agosto de 1996) sem contar com a mercadoria.

## **2.5. Conclusões**







A produção agrícola comercializada em Mueda, só tem expressão como motor do desenvolvimento económico, se houver uma funcionalidade do circuito comercial das zonas de produção e postos de comercialização, vias de comunicação e transportes, bem como mercados seguros para os produtos que se pretende comercializar.

A preferência dada pelas populações de Mueda ao mercado tanzaniano, justifica-se plenamente pelas dificuldades de comunicação entre Mueda-Mocímboa da Praia (ponto mais próximo), e Mueda-Pemba, devido ao mau estado das rodovias, falta de transporte, o que origina conseqüentemente o elevado custo de transporte.

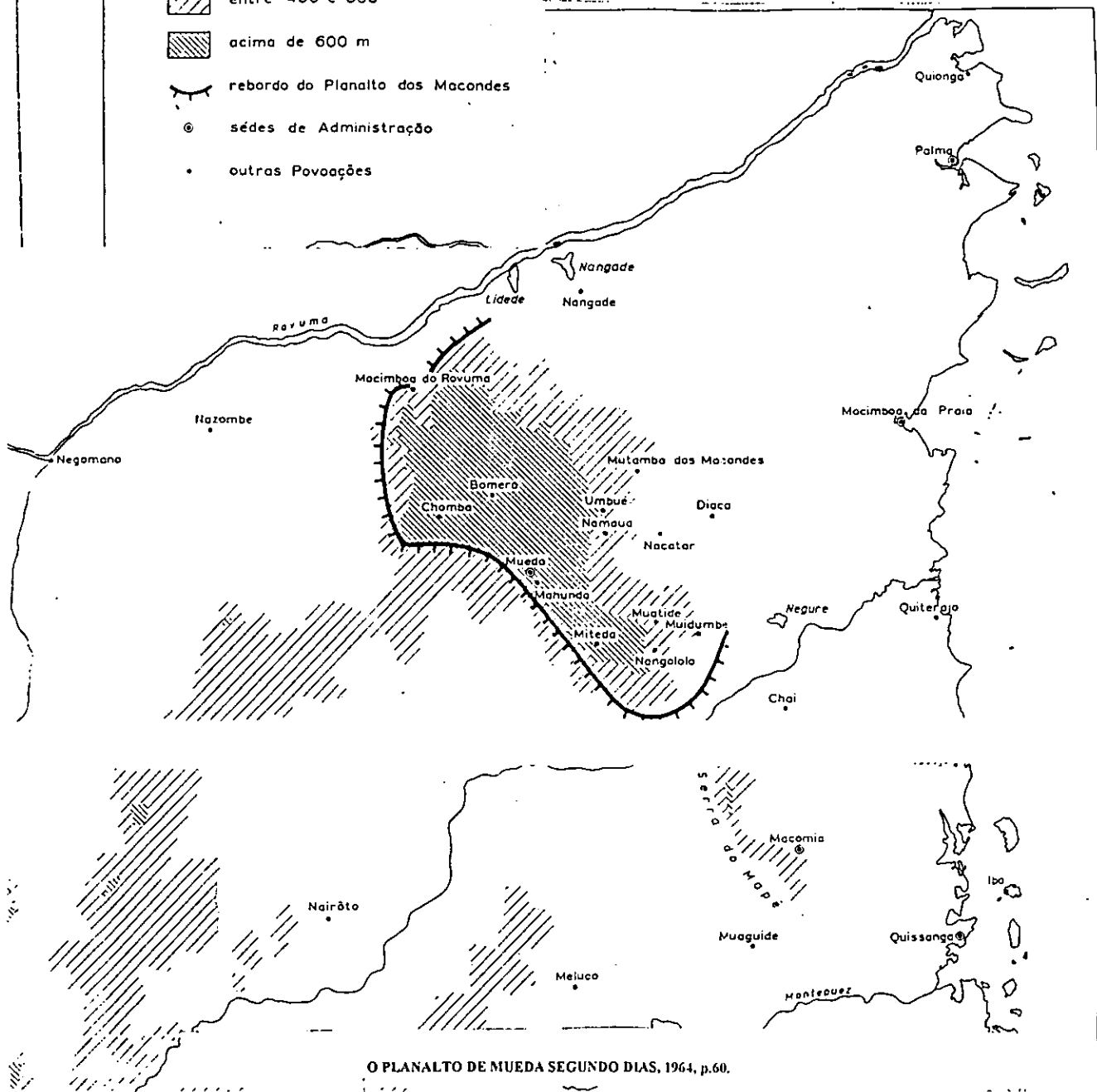
A crise de comercialização e de provisão de bens que se regista em Mueda nos últimos tempos, é o corolário de toda essa situação que vem se arrastando desde os tempos passados.



**LEGENDA**

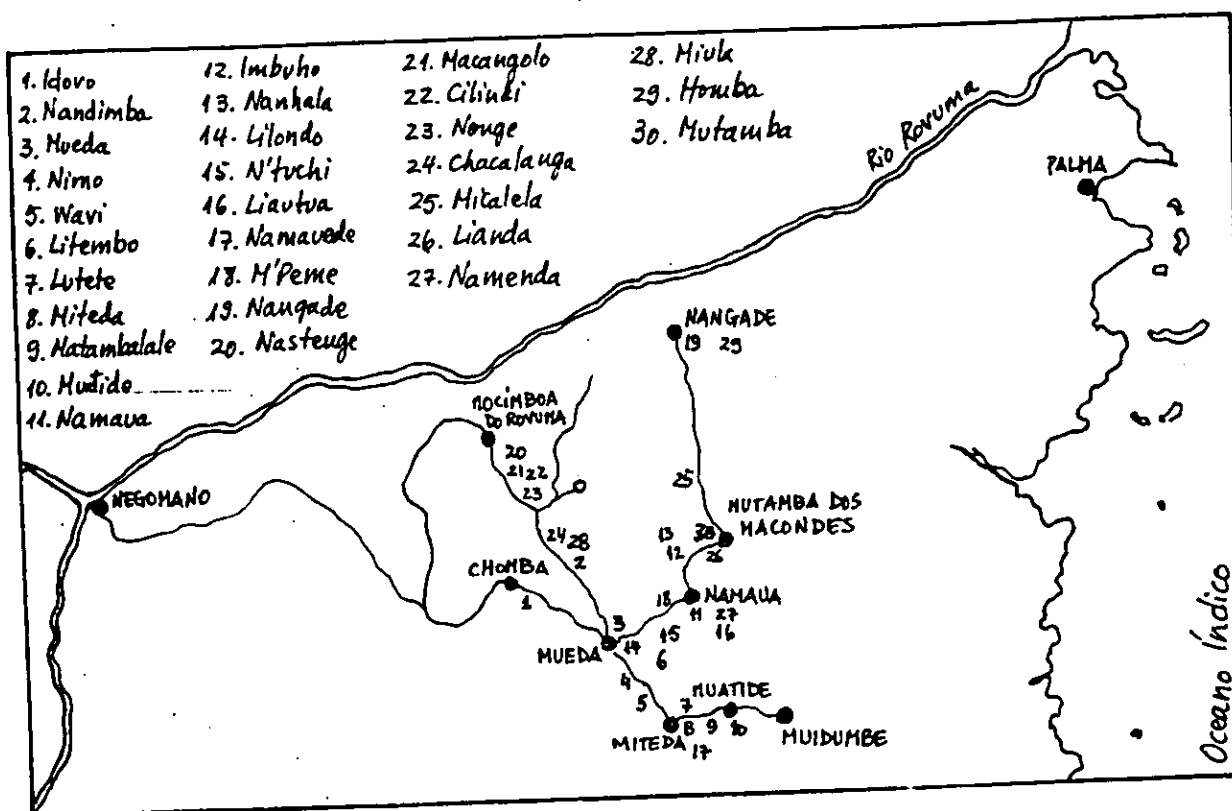
-  Abaixo de 400 m
-  entre 400 e 600
-  acima de 600 m
-  rebordo do Planalto dos Macondes
-  sedes de Administração
-  outras Povoações

0 25 50 km



O PLANALTO DE MUEDA SEGUNDO DIAS, 1964, p.60.





ALDEIAS QUE FAZEM PARTE DO DISTRITO DE MUEDA A PARTIR DE 1987, COM A ENTRADA EM VIGOR DA LEI 6/86 QUE ESTABELECE A CRIAÇÃO DE NOVOS DISTRITOS, POSTOS E LOCALIDADES.

- |                     |                        |                      |
|---------------------|------------------------|----------------------|
| 01. Mueda-sede (3)  | 17. Nahavara           | 34. Chudi            |
| 02. Mpeme (18)      | 18. Nambungar          | 35. Chapa (P. Adm.)  |
| 03. Miula (28)      | 19. Nang'anda          | 36. Chitope          |
| 04. Micomela        | 20. Ninga              | 37. Chipingo         |
| 05. Micalale (25)   | 21. Ntuchi (15)        | 38. Chicumba         |
| 06. Matiu (13)      | 22. Nimo (4)           | 39. Idovo (1)        |
| 07. Magogo          | 23. Nanhala (13)       | 40. Imbuho (P. Adm.) |
| 08. Macangolo (21)  | 24. N'gapa (P. Adm.)   | 41. Homba (29)       |
| 09. Micung'u        | 25. Negomano (P. Adm.) | 42. Lianda (26)      |
| 10. Mitama          | 26. Naida              | 43. Lilondo (14)     |
| 11. Muma            | 27. Nacayanga          | 44. Lipelwa          |
| 12. Nanenda (27)    | 28. Nacatar            | 45. Litembo (6)      |
| 13. Nandimba (2)    | 29. Nchasani           | 46. Lunango          |
| 14. Namatili        | 30. Nonge (23)         | 47. Pemba            |
| 15. Nashitenge (20) | 31. Chilindi (22)      | 48. Quelimane        |
| 16. Namaua (11)     | 32. Chicalanga (24)    | 49. Wavi (5)         |
|                     | 33. Nkumwa             |                      |

FONTE DO MAPA: ADAM 1993, p.47.

FONTE DA LISTA DAS ALDEIAS: KUMAGWELO, Matias, Maputo, 1998.

(Nota): Os números entre parêntesis, referem-se aos números no mapa de Adam.

### **3. AS TRANSFORMAÇÕES NO DISTRITO DE MUEDA (1917-1992)**

#### **3.1. Introdução**

Neste capítulo, as nossas atenções estarão viradas para a análise das transformações socio-políticas e económicas ocorridas em Mueda desde a ocupação colonial portuguesa até a resistência à ocupação colonial, passando pela luta armada de libertação nacional à independência nacional, até ao conflito armado entre a Renamo e a Frelimo terminado em 1992, para que possamos compreender toda a dinâmica do processo de desenvolvimento socio-económico da região.

#### **3.2. Ocupação Colonial Portuguesa (1917-1920)**

A história da ocupação colonial portuguesa em Mueda, foi precedida pela passagem da região à responsabilidade da Companhia do Niassa (sociedade de capitais maioritariamente britânicos), que desde 1894 tinha perante o Estado português o direito de explorar e administrar o extremo norte de Moçambique ( actuais províncias de Cabo-Delgado e Niassa).

Durante esse período em que a região esteve sob responsabilidade da Companhia do Niassa, os macondes recusavam-se a reconhecer soberania dela, a julgar sobretudo pela cobrança compulsiva de impostos de palhota, trabalhos obrigatórios,

prisão sistemática das mulheres, exploração gratuita da mão-de-obra feminina e infantil por via da força, abusos sexuais que se traduziam na violação sistemática de mulheres, e outro tipo de atrocidades<sup>30</sup>.

Para garantir uma boa colabração nas actividades e melhor exploração da mão-de-obra, a Companhia procurou reorganizar o poder local existente, instituindo uma organização tribal baseada na junção de vários chefes das aldeias que constituíam a antiga autoridade política local dos macondes, submetendo-os à responsabilidade de um capitão-mor (chefe de um grupo de povoações)<sup>31</sup>.

No que se refere as companhias militares empreendidas pela Companhia contra os macondes durante o período em que a região esteve sob a sua responsabilidade, bem como a resistência oferecida por alguns chefes locais, temos muito pouca referência.

A primeira e a mais importante que registamos, foi a operação de 26 de Outubro de 1913, dirigida pelo capitão António Cesário da Costa Campos, que tinha culminado com a abertura de cinco postos militares dos quais, apenas se faz referência a alguns como Chai, Negure (talvez Nguri) e Nambude<sup>32</sup>.

De acordo com R.Pélissier, muito antes da data da primeira operação de 1913, já se tinha registado um ataque de pouca monta nas terras do régulo Meticama (talvez Nticama), cujo impacto não

---

<sup>30</sup> PÉLISSIER, René., *História de Moçambique: Formação e Oposição, 1854-1918*, Lisboa: Editorial Estampa, Vol. I., pp. 391-392.

<sup>31</sup> CEA-UEM., "Não vamos esquecer", *Boletim Informativo da Oficina de História*, nº1, 1982, p.8. Sobre o mesmo assunto, vide também ADAM, Yussuf., *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, nº14, 1993, p.14.

<sup>32</sup> Augusto Feres Estrela, citado por PÉLISSIER, René, *Op.cit.*, p 392.

foi registado<sup>33</sup>.

Portugal participou oficialmente na primeira guerra mundial em 1916. Em 9 de Março do mesmo ano (1916), a Alemanha declara guerra a Portugal e como resposta, Portugal passou imediatamente na ofensiva (13 de Março de 1916) através da sua segunda expedição comandada pelo Major Moura Mendes.

O primeiro ataque visou a recuperação de Quionga, e em seguida foi invadido o território alemão a volta de Masasi, mas as tropas tiveram de recuar ao sul do Rovuma<sup>34</sup>.

Um ano depois (1917), é enviada para Mocimboa da Praia (local onde tinha sido instalado um dos aquartelamentos portugueses), uma expedição militar vinda do distrito de Moçambique (actual provincia de Nampula), comandada pelo Capitão Neutel Martins Simões de Abreu (da capitania-mor da Macuana), com objectivo de abrir uma estrada de Nambude (entre Mocimboa da Praia e Messalo) até Chomba (143km) e submeter os Macondes<sup>35</sup>.

A abertura dessa estrada foi marcada por enormes dificuldades derivadas por um lado, das condições físicas da região (mato muito denso), dificultando assim o uso de aparelhos de orientação e, por outro, a segurança militar dos carregadores e da coluna envolvida na operação, face as constantes investidas

---

<sup>33</sup> PÉLISSIER, René., História de Moçambique: Formação e Oposição, 1854-1918, Lisboa: Editorial Estampa, Vol. I, 1987, p.392.

<sup>34</sup> BOTELHO, José Justino Teixeira., História militar e política dos Portugueses em Moçambique, de 1813 aos nossos dias, Lisboa: Centro tipográfico colonial, 2ªed, 1936, p.645. Cf também Pélissier (1988), p.398.

<sup>35</sup> PÉLISSIER, René., História de Moçambique: Formação e Oposição, 1854-1918, Lisboa: Editorial Estampa, Vol. II., 1988, p.414. Sobre o mesmo assunto, vide também FERREIRA, Manuel, Neutel de Abreu, Lisboa: Colecção pelo Império, n°116, Editorial Ática, 1946, p.96.

protagonizadas por alguns chefes locais macondes que não desejavam a presença de brancos na região.

De facto, a coluna envolvida na abertura da estrada Mocimboa da Praia-Chomba em 1917, teve um percurso muito sinuoso pois, para além das condições físicas do terreno, teve de enfrentar os rebeldes macondes, o que justifica plenamente o tempo gasto para a sua conclusão (um mês e vinte e seis dias)<sup>36</sup>.

No início da sua marcha em 29 de Abril de 1917, a coluna alcançou sucessivamente Elala (povoação situada a 25 km do posto de Nangalua) que tinha sido destinado a segundo posto de etapes, Naminhoco, Namaeua (talvez Namaua) e Nacatar onde nos primeiros dias de Maio, foram travados violentos combates com os macondes, tendo a coluna alcançado êxitos significativos, a avaliar pela quantidade de palhotas incendiadas e os campos de milho devastados<sup>37</sup>.

Dentre os viengos (pl.chengo, fortificações em redor das povoações indígenas) dos régulos rebeldes que tinham sido queimados na primeira quinzena de Maio a quando do início dos trabalhos, menciona-se os viengos dos régulos Cuinaca, Nhada e Namije, tendo na segunda quinzena sido destruídos os viengos dos régulos Nacume, Chidado, Naugonda (talvez Nangonga), Lidimui (talvez Lidimu), Paminho, Vibombe, Chiriu, Nhanchanga e Cunamua, que ainda não tinham sido abrangidos<sup>38</sup>.

<sup>36</sup> Cópia da carta ao Dr. Álvaro de Castro, Presidente do Conselho de Ministros, citada por FERREIRA, Manuel., Neutel de Abreu, Lisboa: Coleção pelo Império, n.º116, 1946, p.98.

<sup>37</sup> BARBOSA, Carlos Alberto Pereira., Neutel de Abreu: Patrono dos cursos de entrada de 1970/71, Lisboa: Academia Militar, 1970, p.66.  
Cf. também FÉLISSIER, René, Op.cit., p.415.

<sup>38</sup> FERREIRA, Manuel, Op.cit., pp.102-103.

Em meados de Junho a situação não se alterou. Enquanto os trabalhos prosseguiam, os ataques sucediam-se uns atrás dos outros. Em 2 de Junho a coluna bivacou em Muera (talvez Mueda), onde destruíram o **chengo** do régulo Malacomoda, tendo nos dias 5, 8 e 11 alcançado as povoações de Pandibanbesso(?), Namuanga e Pachitanembo<sup>39</sup>.

No dia 14 de Junho, a coluna alcança finalmente o posto de Chomba (construído em 1913-1915?) cujo posto se encontrava destruído, tendo também sido dada por terminada a primeira fase de operações.

A partir de Chomba, os ataques contra os rebeldes macondes foram prosseguindo, tendo no período entre 16 de Junho a 30 de Agosto, sido destruídos muitos **viengos** e derrotados os régulos rebeldes dos quais, menciona-se os nomes de Mamamidia, Nanchechise, Ubulamala, Metuibuina, Malapendo (talvez Malapende), Pananebane, Liugo, Pachalampa e Colinga<sup>40</sup>.

Com a abertura da pista Mocímboa da Praia-Chomba a 30 de Julho de 1917, o plano seguinte consistiu na abertura de uma outra pista que ligasse Chomba a Negomano (120 km). É assim que a 25 de Agosto do mesmo ano, o Alferes Moreira do Amaral se apresenta com uma força em Nanambala, com vista a execução do plano<sup>41</sup>.

---

Vide também FÉLISSIER, René., *História de Moçambique: Formação e Oposição*, Lisboa: Editorial Estampa, Vol.II., p.415.

<sup>39</sup> FERREIRA, Manuel., *Neutel de Abreu*, Lisboa: Coleção pelo Império, n.º116, Editorial Ática, 1946, pp.103-104.  
Cf. também BARBOSA, Carlos Alberto Pereira, *Op.cit.*, p.67.

<sup>40</sup> FÉLISSIER, René, *Loc.cit.*  
Cf. também FERREIRA, Manuel, *Op.cit.*, p.104.

<sup>41</sup> BARBOSA, Carlos Alberto Pereira, *Neutel de Abreu: Patrono dos cursos de entrada de 1970/71*, Lisboa:

Dadas as condições de segurança da zona, Neutel de Abreu apelou para uma maior vigilância visto que nem todos os régulos macondes tinham sido derrotados. Em 28 de Setembro, Neutel pediu ao comandante de Chomba a captura dos régulos Mwanha e Manuda que pretendiam atravessar o Rovuma para se apresentarem aos alemães<sup>42</sup>.

Em 13 de Outubro, por ordens de Neutel de Abreu, são interrompidos os trabalhos de construção da estrada Chomba-Negomano devido por um lado, as condições físicas da região (zona pantanosa, falta de água e falta de salubridade na época das chuvas), e por outro lado, o reduzido número de pessoal disponível para a execução dos trabalhos<sup>43</sup>.

É importante referir o ataque em Novembro de 1917 a Negomano pelas forças do General Lettow-Vorbeck, contra as forças portuguesas do Major Teixeira Pinto, foi registado como o maior ataque ocorrido na região durante esse período. Deu-se numa altura em que a pista Chomba-Negomano não estava ainda concluída. Os portugueses sofreram uma derrota em Negomano, mas isso não influenciou a sua posição no Planalto dos Macondes. Podemos dizer que em 1917, os portugueses já tinham conseguido submeter toda a região dos macondes, tendo a completa "pacificação" sido feita em 1919 e 1920, apesar da resistência imposta pelos chefes macondes que nunca chegaram a constituir um exército muito forte,

---

Academia Militar, 1970, p.68.

<sup>42</sup> Ibidem, p.68.

<sup>43</sup> BARBOSA, Carlos A. Pereira, Neutel de Abreu: Patrono dos cursos de entrada de 1970/71, Lisboa: Academia Militar, 1970, p.68.

devido a ausência de uma colaboração abrangente entre eles.

### **3.3. As transformações socio-económicas na Circunscrição dos Macondes (1920-1955)**

Ao detalhar as transformações socio-económicas na Circunscrição dos Macondes<sup>44</sup> durante esse período, pretendemos focalizar as mudanças sociais e económicas, ocorridas nesta unidade administrativa colonial, na sequência da ocupação administrativa colonial da região dos macondes.

Em 1920 quando da passagem da zona para a Companhia do Niassa, o território foi dividido em postos, alguns dos quais dependiam de Tungue (Palma) enquanto que outros ficaram dependentes de Mocimboa da Praia.<sup>45</sup> O ano de 1923, marca o início do funcionamento de uma unidade administrativa específica para a região, com a criação do Concelho dos Macondes que segundo Liesegang, "surge pela primeira vez no Anuário de Lourenço Marques para o ano de 1924"<sup>46</sup>.

A primeira sede do Concelho dos Macondes, foi estabelecida em Chomba, e só depois (1924), foi transferida para Mocimboa do Rovuma (actual N'gapa)<sup>47</sup>. Em Outubro de 1929, a administração da

---

<sup>44</sup> No tempo colonial, Distrito era o que hoje chamamos de Província, p.e. Distrito de Cabo Delgado. Os actuais distritos eram na terminologia colonial portuguesa aplicada em Cabo Delgado a partir de 1929, Circunscrições ou Concelhos. Concelhos eram as Circunscrições com alguns colonos, onde iriam ser estabelecidas estruturas municipais. A Companhia do Niassa tinha outra terminologia, chamando também zonas sem colonos e edilidades de Concelho.

<sup>45</sup> LIESEGANG, Gerhard., Draft do trabalho como o título "Ocupação e Resistência Anti-colonial em Cabo Delgado, ca.1887-1920", [s/refs], (trabalho por publicar). Vide também Fundo ISANI Cx.94 [ANM], Relatórios e documentos da inspecção ordinária ao Distrito de Cabo Delgado, 1944-1951, [Pelo Inspector Manuel Metello].

<sup>46</sup> LIESEGANG, draft citado. Segundo este autor, a justificação para o estabelecimento deste "Concelho" não tem paralelos no território da Companhia do Niassa.

<sup>47</sup> Vide Fundo ISANI Cx.94, [ANM], Relatório da inspecção ordinária ao Distrito de Cabo Delgado, 1944-1951



Companhia do Niassa cessou as suas actividades e a região foi entregue a administração directa do Estado colonial<sup>48</sup>.

Foi criada neste ano (1929) a Circunscricção dos Macondes e, a administração colonial, transferiu a sua sede de Mocímboa do Rovuma para Mahunda e, só muito posteriormente, para Mueda (actual Distrito de Mueda)<sup>49</sup>.

A circunscricção criada, era constituída por quatro<sup>50</sup> postos administrativos nomeadamente, posto sede, posto de Negomano, posto de Mocímboa do Rovuma e posto de Nairoto.

As mudanças socio-políticas e económicas registadas no Distrito dos Macondes durante esse período, foram caracterizadas de seguinte modo:

Ao nível socio-político, as mudanças traduziram-se na quebra do poder linhageiro e a sua integração no sistema político colonial. Procedeu-se a reestruturação do poder com a substituição das estruturas tradicionais existentes, que baseavam o seu poder na *makola* (linhagens e/ou clãs) dirigidas por *vene kadja* (chefes das povoações), por novas estruturas compostas por *capitães-mores* e *waziris* (chefes instalados pela Companhia do Niassa)<sup>51</sup>.

Mais tarde, com a organização das regedorias em 1961-(2?), a administração colonial procedeu a reorganização do poder

---

: Inspeção à Circunscricção dos Macondes, p.258., [Pelo Inspector Manuel Metello].

<sup>48</sup> *Idem*, p. 258.

<sup>49</sup> Fundo ISANI Cx.94 [AHM]., Relatório da inspeção ordinária ao Distrito de Cabo Delgado, 1944-1951: Inspeção à Circunscricção dos Macondes, p.258. [Pelo Inspector Manuel Metello]

<sup>50</sup> Vide Fundo ISANI Cx.94, [AHM]., Relatório da inspeção ordinária ao Distrito de Cabo Delgado, 1944-1951: Inspeção a Circunscricção dos Macondes, p.258., [Pelo Inspector Manuel Metello].

<sup>51</sup> DIAS, A. Jorge., *Os macondes de Moçambique*, Lisboa: JIU, 1964, p.93. Cf. também Adam, (1993):13-14.

submetendo os capitães-mores e waziris, à responsabilidade do regedor, que era também conhecido por régulo<sup>52</sup>.

O novo poder político estabelecido, embora tenha contribuído para manter a ordem socio-política interna na Circuncrição dos Macondes com a eliminação de certas práticas sociais locais como, conflitos inter-linhagens e Xinantwala (rapto de mulheres casadas), pouca influência teve noutras práticas socio-culturais como, o Likumbi (ritos de iniciação masculino), Ing'oma (ritos de iniciação feminina) e Dinembo (tatuagens), que continuaram a ser praticadas em moldes tradicionalmente estabelecidos.

No que se refere as transformações económicas ocorridas com a presença colonial portuguesa em Mueda, a economia agrícola da sociedade maconde deixou de ser uma economia de pura subsistência familiar, passando gradualmente a produzir para o mercado. De uma economia agrícola menos desenvolvida, passou para uma economia agrícola desenvolvida, gerando excedentes permutáveis.

Com a presença da administração portuguesa em Mueda, algumas actividades económicas próprias da sociedade tradicional (recollecção e caça), passaram para um lugar secundário, enquanto a agricultura passava a ser já uma actividade principal.

Os macondes passaram a dedicarem-se mais na agricultura e a produzirem mais do que o normal visando a criação de excedentes comercializáveis, que eram também necessários para alimentar o Estado e o capitalismo colonial.

Na sequência da ocupação colonial portuguesa no Planalto de

---

<sup>52</sup> ADAM, Yussuf., Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento", Arquivo, n.º 14, (1993): 14.  
Cf. também Dias (1946), p. 93.

Mueda, segundo Dias, "instalaram-se comerciantes no Planalto que podiam absorver os excedentes, dando em troca artigos que as populações rurais apreciavam, como tecidos, sal, catanas, etc."<sup>53</sup>. Isso permitiu que os macondes criassem o gosto pela permuta e, conseqüentemente, maior estímulo da produção.

Foram instaladas também algumas lojas e povoações comerciais na região dos macondes nomeadamente, Mueda, Miteda, Muatide, Namaua, Mocímboa do Rovuma, Chomba e Nairoto<sup>54</sup>.

A ocupação militar colonial portuguesa em Mueda, foi sucedida pela actividade missionária que desempenhou um importante papel no domínio ideológico colonial. A primeira presença dos missionários na região dos macondes, data dos anos 1920-1922, com a aparição na região dos primeiros missionários nomeadamente, franceses e holandeses.

Em 1924, com a criação da primeira missão católica em Nangololo (no Planalto dos Macondes) pelos padres manfortinos holandeses, a igreja católica, sob protecção e apoio do Estado, desenvolveu um papel relevante na "educação e civilização" das populações locais visando em primeiro lugar, o domínio ideológico colonial, e em segundo, a expansão da religião católica, que se via muito ameaçada com a religião muçulmana, tão difundida na costa de Cabo-Delgado.

Volvidos alguns anos depois da criação da primeira missão em 1924, criaram-se depois as missões de Imbuho em 1939, Nambudi em

---

<sup>53</sup> DIAS, Jorge., *Os Macondes de Moçambique*, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, Vol.I., 1964, p.98.

<sup>54</sup> Vide Fundo ISANI Cx. 94, (ANM), Relatório da Inspeção ordinária ao Distrito de Cabo Delgado, 1944-1951: Inspeção à Circunscrição dos Macondes, p.270.. [Pale Inspector Manuel Metello].

1946, Bomela em 1950, Mutamba em 1959 e Chitolo em 1960<sup>55</sup>.

A "educação e civilização" das populações locais era conseguida com base na aceitação por parte destas, dos princípios básicos da religião e da justificação "moral" da colonização, isto é, as populações eram forçadas a "civilizarem-se", por via do trabalho, o que quer dizer, elas deviam aceitar produzir para as grandes empresas, ou então deviam aceitar produzir culturas úteis à exploração da economia colonial<sup>56</sup>.

Para a obtenção do baptismo por exemplo, o baptisando era obrigado a trabalhar durante um semestre e senão mesmo um ano nas machambas das missões gratuitamente.

Nas décadas 30 e 40, há uma tendência para a integração da população camponesa nas culturas obrigatórias por via do trabalho forçado.

Assim, os produtos como milho e a mapira que constituíam como alimentos básicos da antiga sociedade maconde, passam a partir dos anos 50, segundo Â.M.Oliveira, a ser substituídos por ordem da administração colonial, pela mandioca, visando a alteração da dieta alimentar da população e libertação da mão-de-obra para o cultivo do algodão<sup>57</sup>.

A intensificação e generalização do cultivo forçado do algodão em 1950, veio agravar a situação dos camponeses em Mueda

---

<sup>55</sup> ADAM, Yussuf; GENTILI, Anna Maria., "O movimento dos Ligulani no Planalto de Mueda(1957-1962)", In: Estudos Moçambicanos, n.º 4, Maputo, 1983, p.47.

<sup>56</sup> Ibidem, p.48.

<sup>57</sup> OLIVEIRA, Ângela Maria Rebelo de., Análise das relações sociais de produção na sociedade Maconde, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1988, p.58.

pois, a partir desse período, eles viram reduzido o seu tempo disponível para a produção familiar, dado que cultivo do algodão requeria grande parte do seu fundo de tempo.

Em função do cultivo obrigatório do algodão, os macondes viram reduzido o seu espaço agrícola destinado a produção familiar de subsistência, que passou a ser fragmentado e sujeito a novos arranjos<sup>58</sup>.

Como consequência disso, o camponês maconde passou a sobreviver a custa dos seus baixos rendimentos agrícolas, do trabalho migratório e dos salários ganhos nas plantações sisaleiras do Tanganyika. O camponês maconde foi sujeito ao pagamento de impostos e ao trabalho obrigatório. A reacção imediata do camponês face a essa situação, foi a fuga para o Tanganyika, para onde emigrava em busca de melhores condições de vida humana.

A fuga de camponeses em Mueda para Tanganyika e o trabalho assalariado, começou gradualmente a preparar terreno para a proletarização da população masculina da região. Em termos de economia familiar camponesa, esta situação criou alguns reflexos negativos dado que na área agrícola por exemplo, a ausência de homens por longos períodos, dificultava o desbravamento de novos terrenos<sup>59</sup>.

O aumento populacional registado em algumas zonas de Mueda em 1950, como resultado do alargamento das concessões europeias,

---

<sup>58</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>59</sup> ADAM, Yussuf; GENTILI, Anna Maria, "O movimento dos Liguilanilu no planalto de Mueda (1957-1962)", In: Estudos Moçambicanos, n.º 4, Maputo, 1983, p. 51.

criou sérios problemas da demanda de terra no Planalto de Mueda. Existiu o monopólio de terras por parte de algumas famílias e linhagens e, conseqüentemente, a concentração de direitos de acesso às melhores terras e meios de produção. Desenvolveu-se a diferenciação social no seio dos camponeses<sup>60</sup>.

Foram instaladas algumas empresas capitalistas que empregaram a mão-de obra local. Dentre elas, as mais destacadas foram as seguintes<sup>61</sup>:

- Plantação de Nacatur (Nacatar), localizada a meia encosta do Planalto dos Macondes, no limite com Mocimboa da Praia, pertencente a Albino de Sousa Pinheiros & herdeiros. Era uma concessão de 150 hectares, dos quais 120 estavam ocupados com cajueiros. Empregava cerca de 40 trabalhadores locais;

- Plantação de Namaua, localizada no Planalto dos Macondes junto à estrada Mueda-Mocimboa da Praia, percentente a firma Viera, Baptista & Companhia e sucessores. Estava arrendada a Eugénio Rodrigues Souto. A sua área de concessão era de 600 hectares, dos quais 200 estavam ocupados com cajueiros. Dava emprego a 20 trabalhadores locais;

- Plantação de Esposende, localizada no Planalto dos Macondes, na região denominada por Mecuti, junto a rampa de Nacatur (Nacatar). Pertencia à Sociedade Agrícola Algodoeira (SAGAL) e tinha como gerente, o chefe do Círculo Algodoeiro Domingos Azevedo Gomes. A área da concessão era de 4.200

---

<sup>60</sup> *Ibidem*, p.51.

<sup>61</sup> Fundo ISANI Cx.94. [AHM]., Relatório de inspecção ordinária ao distrito de Cabo Delgado, 1944-1951: Inspeção à Circunscrição dos Macondes, pp.267-268. Cf. também Dias (1964), p.115; Adam e Gentili (1983):45.

hectares, dos quais 200 estavam ocupados com aleurites "montana".

Surgiram também camponeses ricos em Mueda nas décadas de 40 e 50 que basearam a sua acumulação segundo Y. Adam, "no acesso à terra, na produção agrícola, no trabalho assalariado e no comércio"<sup>62</sup>.

### **3.4. As transformações socio-económicas da sociedade Maconde (1955-1964)**

Feitos os detalhes das transformações socio-económicas na Circunscrição dos Macondes, vamos agora analisar as transformações socio-económicas ocorridas na sociedade maconde no período 1955-1964, para que possamos compreender as formas de estruturação socio-económicas da sociedade maconde, bem como todo o processo que conduziu ao surgimento das primeiras formas de organização da produção camponesa (os Ligwilanilu) em Mueda, sem a intervenção directa das autoridades coloniais.

A sociedade maconde desse período, era formada por três grupos principais: o primeiro era constituído por colonos que baseavam a sua produção, no uso e exploração da mão-de-obra camponesa por via do cultivo forçado do algodão. Esse grupo integrava também os chamados "empregados" da administração colonial (régulos e outras autoridades tradicionais);

- o segundo era formado por uma camada de camponeses relativamente ricos, que tinham baseado a sua riqueza no acesso a

---

<sup>62</sup> ADAM, Yussuf, "Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento", In: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, n.º14, Maputo, 1993, p.19.

terra e meios de produção, trabalho assalariado e comércio<sup>63</sup>. A esse grupo vieram juntar-se alguns intelectuais formados e educados nas missões católicas de Nangololo e Imbuhu;

- o terceiro é constituído por camponeses pobres vivendo na base da sua produção familiar e no trabalho assalariado nas machambas dos camponeses relativamente ricos. Refira-se também que a maioria deles, era vítima de recrutamento para o cultivo forçado de algodão nas machambas dos colonos.

A economia da sociedade maconde desse período, divide-se também em três sectores: economia colonial, destinada a exportação; economia familiar camponesa, destinada a subsistência familiar; e sociedades camponesas de produção e comércio (SAAVM e Machamba 25).

Refira-se que a criação destas sociedades camponesas de produção e comércio, tinha sido favorecida por dois factores essenciais: por um lado, pela própria legislação colonial que no Cap.II, Art.34º. do Decreto-lei nº 40405 de 24 de Novembro de 1955, preconizava a criação de "sociedades cooperativas indígenas" de produção e venda do algodão<sup>64</sup>. Por outro, a necessidade dos camponeses de Mueda, que tinham os seus interesses económicos e porventura influenciados pelas transformações socio-económicas registadas na vizinha Tanganhika partir de 1954, com a formação do Tanganyika African National Union (TANU), pretenderam melhorar a sua condição económica e

---

<sup>63</sup> Cf. nota 38 do mesmo capítulo.

<sup>64</sup> Boletim Oficial de Moçambique, nº51, Iª Série, 17 de Dezembro de 1955, p.766. Vide também BRAVO, Nelson Saraiva., A cultura algodoeira na economia do norte de Moçambique, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1963, p.105.



social.

É nesta base que em 1957, desenvolve-se em Mueda no seio de um grupo de camponeses, a maioria dos quais aderentes das missões católicas de Nangololo e Imbuhu, que lá se encontravam a trabalhar como cozinheiros, pedreiros, catequistas e professores, bem como alguns comerciantes, o movimento cooperativo Ligwilanilu (termo maconde atribuído a organização, que significa entreaajuda ou compreendermo-nos), o qual estava ligado a Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique (SAAVM)<sup>65</sup>.

A presidência do movimento coube a Lázaro Nkavandame que acabado de regressar do Tanganyika, era considerado o homem de idade mais avançada e com maior experiência no comércio. Ele tinha alcançado uma certa posição económica em Mtwara (Tanganyika), onde era proprietário de uma loja e três carros. A vice-presidência coube a João Namimba que era cozinheiro da missão de Imbuhu, tendo Cornélio Mandanda e Raimundo Pachinuapa ficado como seus secretários<sup>66</sup>.

Para além de Nkavandame, Namimba, Mandanda e Pachinuapa, considerados como principais pioneiros do movimento, faziam também parte do grupo Joaquim Chipande e outros.

Nas machambas Ligwilanilu, a principal cultura cultivada era o algodão. A razão disso tal como disse um dos nossos entrevistados, "visava ludibriar as autoridades coloniais, dos

---

<sup>65</sup> ADAM, Yussuf., "Mueda, 1917-1990: Colonialismo, resistência, libertação e desenvolvimento", In: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, n°14, Maputo, 1993, p.20.

<sup>66</sup> HEDGES, David; CHILUNDO, Arlindo., citando entrevista feita em Mueda a Jonas Nakutepa; et.al, In: "Cadernos de história", n°7, Boletim do Departamento de História da UEM, Maputo, 1988, p.67.

verdadeiros objectivos do movimento, por esta ser a cultura mais valorizada pelas autoridades coloniais"<sup>67</sup>.

Assim, todos os membros dessa organização, estavam insentos do cultivo forçado do algodão nas machambas dos colonos, assim como do trabalho forçado nas plantações de sisal de Mpanga (Mocímboa da Praia) e Nangororo (Pemba-Metuge).

As actividades das cooperativas ligwilanilu tiveram um início muito difícil, dadas as enormes dificuldades encontradas no meio local para a sua implantação pois, muitos camponeses da região desconfiavam das iniciativas do movimento.

Em 1958, um incidente ocorreu na aldeia Ntuchi. Um dos membros do movimento foi preso pela administração colonial, e libertado horas depois por Cornélio Mandanda (um dos dirigentes do movimento). Este incidente veio estimular a adesão de mais membros na organização (cerca de 3000), que passaram já a acreditar nas iniciativas da organização, dissipando deste modo todo tipo de desconfianças existentes a volta do movimento<sup>68</sup>.

Embora autorizada pela própria administração colonial, as autoridades do movimento passaram, em 1959, a merecer especial atenção por parte das autoridades coloniais que começavam já a desconfiar dos verdadeiros objectivos do movimento, a julgar pelo maior sucesso na mobilização e adesão de membros na organização.

É na sequência disso que nesse mesmo ano (1959), as autoridades coloniais mandam Lázaro Nkavandame para o seminário

---

<sup>67</sup> Raimundo Fachinuspa: Entrevista, Maputo, 22/12/1997.

<sup>68</sup> FAIFE, Abel: INGUANE, Azarias., "Ligwilanilu" ou como Mueda disse "Não!" ao poder colonial, In: Jornal Domingo, Maputo, 28/10/1984, p.8.

de Mariri (sul de Cabo-Delgado), alegadamente para ir tirar a 4ª classe e aprender português, para melhor dirigir a organização. Na prática visava privar o movimento da sua liderança<sup>69</sup>.

Com efeito, se bem que o desenvolvimento das machambas Ligwilanilu tivesse contribuído para transformar a base social dos camponeses em Mueda, ao permitir uma certa prosperidade económica, demonstrou que era possível formar organizações económicas relativamente autónomas fora do controlo do poder colonial. Essas organizações, tiveram dirigentes locais que o campesinato reconheceu como seus dirigentes com os quais podia discutir os seus problemas e encontrar soluções<sup>70</sup>.

De facto, as cooperativas Ligwilanilu para além do objectivo de criação de uma base socio-económica autónoma dos camponeses de Mueda, desenvolvia também no fundo uma actividade política clandestina pois, em várias ocasiões em que a organização se reunia, abordavam-se temas relacionados com a independência, formas de actuação do colonialismo e a falta de liberdade.

O massacre de Mueda de 16 de Junho de 1960 em que as autoridades coloniais responderam a tiro às reivindicações dos camponeses que exigiam a liberdade de se disporem de si próprios e estabelecer o preço dos seus produtos, veio pôr termo as machambas Ligwilanilu.

Embora não houvesse uma relação directa entre o massacre e as machambas Ligwilanilu, pensa-se que a actividade das

---

<sup>69</sup> HEDGES, David; CHILUNDO, Arlindo., citando entrevista feita a Jonas Nakutepa; et.al, Op.cit. p.69.

<sup>70</sup> CEA-UEM., "Não vamos esquecer", Boletim Informativo da Oficina de História, n.º1, 1982, p.14.

cooperativas Ligwilanilu, contribuiu fortemente para imprimir maior determinação nos camponeses na sua luta contra o poder colonial, tanto mais que grande parte dos membros dessa organização tinha participado activamente no massacre<sup>71</sup>.

Em 1961,, um ano antes da fundação da FRELIMO,, o núcleo fundador da SAAVM (Machambas Ligwilanilu), criou uma nova organização designada "Machamba 25",, que integrava tal como refere o próprio nome, 25 elementos, entre os quais Lázaro Nkavandamel que acabado de regressar de mariri, passou novamente a integrar o grupo de direcção da nova organização<sup>72</sup>.

A nova organização que tinha sido autorizada pelo administrador de Mueda dentro de certos parâmetros, passou a dedicar-se ao contrário das machambas Ligwilanilu, ao cultivo de arroz.

Nas Machambas 25, registaram-se muitas melhorias nas técnicas de produção pois, os êxitos alcançados na produção pelos sócios nos primeiros anos de actividade, levou-os a adquirirem um tractor novo que, depois de terem pago um terço do custo, o remanescente passou a ser pago em 24 prestações mensais<sup>73</sup>

A actividade das machambas Ligwilanilu e 25, foi sucedida pela intensificação das actividades dos movimentos nacionalistas que operavam a partir da Tanzania, um dos quais a MANU (União

<sup>71</sup> CEA-UEM., "Não vamos esquecer", Boletim Informativo da Oficina de Historia, n.º 1, 1982, p.14.

<sup>72</sup> FAIFE, Abel; INGUANE, Azarias., "Ligwilanilu" ou como Mueda disse "Não!" ao poder colonial, In: Jornal Domingo, Maputo, 28/10/1984, p.9.

<sup>73</sup> Idem, p.9. cf. Também Adam e Gentili 1983, p.64

Africana Nacional de Moçambique), liderado por Faustino Vanomba que a partir dos anos 60 desenvolvia as suas actividades políticas em Mueda.

Com a fundação da FRELIMO em 1962, grande parte dos membros das cooperativas Ligwilanilu e Machamba 25 surgidas em Mueda sob a liderança de Lázaro Nkavandame, tornaram-se em membros fundadores do movimento<sup>74</sup>

### **3.5. A Luta armada e seu Impacto no desenvolvimento sócio-económico de**

#### **Mueda (1964-1974)**

Neste subcapítulo pretendemos analisar o impacto da guerra de libertação nacional no desenvolvimento socio-económico de Mueda, assim como os ensinamentos e experiências decorrentes do processo da guerra, para compreendermos as transformações gerais ocorridas no contexto da economia local da região.

As guerras e/ou os conflitos em geral, constituem o principal "nó de estrangulamento" das economias de estados e nações do mundo em geral e de África em particular. Na história da luta armada de libertação nacional em Moçambique, o distrito de Mueda é para nós uma clara referência de registo dessa situação pois, no limiar da luta armada em 1964, a vida económica das populações ficou bastante desorganizada.

os primeiros anos da luta armada, revelaram-se de facto bastante difíceis para a Frelimo, sobretudo na definição de uma

---

<sup>74</sup> EGERO, Bertil. , Moçambique: Os primeiros dez anos de construção da democracia, Estudos 8, Maputo, 1992, p.29

estratégia clara da condução da luta, tendo que em conta que a organização não possuía recursos materiais e financeiros suficientes para suportar a guerra.

Assim, a grande aposta da Frelimo, foi a mobilização política e ideológica das populações nas zonas afectadas pela guerra, organizando-as de forma a produzirem e a engajarem-se activamente na luta. O sector agrícola, por se revelar prioritário e considerar-se como pilar do garante da sustentabilidade e continuidade da luta, obrigou a Frelimo a definir uma estratégia política e económica no sector de produção agrícola.

É nesse âmbito que a Frelimo procurou nos primeiros anos do início da luta armada em Mueda, reactivar a actividade produtiva das populações nas zonas semi-libertadas por meio de conjugados esforços de mobilização política das populações para um maior envolvimento na produção excedentes de géneros alimentícios e outros produtos agrícolas comercializáveis.

Para que isso se tornasse possível, foi necessário organizar as estruturas de poder civil (dirigido pelos chairmen) e militar (dirigido por militares). A estrutura do poder civil designada por Departamento de Organização do Interior (DOI), era um órgão responsável pela organização da vida política, administrativa e económica das populações, enquanto a estrutura do poder militar designada por Departamento de Defesa (DD), respondia basicamente por questões relacionadas com a guerra<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> EGERO, Bertil., Moçambique: Os primeiros dez anos de construção da democracia, Estudos 8, Maputo, 1992, p.27.

Assim, com o desenvolvimento da luta armada em Mueda, criaram-se bases para o incremento da produção agrícola, organização da produção artesanal bem como a reestruturação total da produção. Durante a luta armada de libertação nacional em Mueda, a produção passou desta forma a ser organizada em dois moldes principais:

- Campos colectivos pertencentes a Frelimo, destinados a produção para o abastecimento das escolas e infantários, hospitais e centros de mutilados, bem como do exército; e
- Campos individuais de pertença familiar, destinados a garantia do auto-sustento familiar, estando contudo sujeitos a obediência do princípio de ajuda mútua e não exploração do trabalho alheio.

A consolidação das zonas libertadas e o esforço para a melhoria, inovação das técnicas de produção e sua diversificação, criou bases para o surgimento de excedentes consideráveis destinados tanto para as trocas internas bem como para a exportação para os países vizinhos.

Deste modo, sentido o progresso registado nas zonas libertadas no sector de produção agrícola, a tropa colonial, vendo fracassados os seus métodos de destruição e sabotagem da produção agrícola por meio de bombardeamentos com armas incendiárias e napalm contra os campos de cultivo e celeiros, viu-se obrigada a recorrer outros métodos baseados no uso de produtos químicos para a pulverização nos campos de cultivo com vista ao extermínio das culturas agrícolas prejudicando assim a

produção.

A actividade agrícola ligava-se também a criação de animais. Assim tinha sido generalizada a criação de galinhas, porcos e cabritos. A partir de 1967, já tinha começado a organizar-se o artesanato com a generalização do fabrico de utensílios domésticos, desenvolvimento da olaria e manufactura de cestos. Foi também iniciada a fabricação de instrumentos agrícolas a partir do ferro de viaturas inimigas destruídas.

Sob seu controlo directo, a Frelimo conseguiu durante a luta armada organizar a rede de comércio interno. Isso que permitia às populações de Mueda trocarem os seus excedentes de produção sem serem exploradas, apesar de ter havido tentativa de género por parte de alguns elementos da ala anti-revolucionária no seio do movimento. Estes tinham procurado monopolizar a actividade comercial em benefício próprio, explorando sistematicamente os frutos da produção camponesa.

A última fase da luta armada (1969-1970), foi crucial para a Frelimo assim como para as populações de Mueda. Foi uma fase de transformação da luta armada em revolução, e da guerra de libertação em guerra popular.

O avanço da luta armada e as sucessivas vitórias militares alcançadas pelas Forças Populares de Libertação Nacional, obrigaram o colonialismo português a reforçar os seus efectivos militares e material bélico com vista ao desencadeamento em 1970, da ofensiva militar que ficou conhecida na história por "Nó Górdio", visando a liquidação total da Frelimo em curto espaço de





tempo.

A ofensiva "Nó Górdio", visava também entre outros objectivos os seguintes<sup>76</sup>.

- Desarticulação da vida económica das populações que viviam nas zonas libertadas obrigando-as a nomadizarem, e por conseguinte, a destruição do processo de produção;
- semear o terrorismo com vista a forçar a capitulação das massas populares, obrigando-as a recolher aos campos de concentração, quebrando assim a base de apoio das forças populares de libertação;
- ocupar a fronteira com vista a bloquear a linha exterior de abastecimento das forças populares de libertação; e
- forçar uma confrontação directa entre as forças populares de libertação e as forças inimigas concentradas e superiormente equipadas, visando o seu rápido aniquilamento.

Face a essa situação, as forças populares de libertação bem organizadas e estruturadas, agiram de acordo com as seguintes<sup>77</sup> linhas de força:

- elevação do nível político das massas, combatentes e quadros com vista o reforço da sua capacidade organizativa e determinação, bem como da sua iniciativa criadora;
- manutenção a todo custo do processo de produção;
- desenvolver a distribuição de armamento ao povo visando o reforço da sua capacidade ofensiva contra o inimigo;

<sup>76</sup> MELO, Guilherme de., "Nó Górdio: foi há cinco anos a maior e mais vergonhosa derrota do exército colonial", In: Revista Tempo, n.º269, 30/11/1975, p.28.

<sup>77</sup> MELO, Guilherme de., "Nó Górdio: foi há cinco anos a maior e a mais vergonhosa derrota do exército colonial", In: Revista Tempo, n.º269, 30/11/1975, p.29.

- manter o inimigo desprovido de alvo por meio de dispersão das forças, explorando simultaneamente os alvos por ele fornecido; e
- intensificação de acções militares na retaguarda inimiga impondo-lhe terreno de combate assim como o corte das suas linhas de abastecimento.

Deste modo, a ofensiva "Nó Górdio" viria a custar ao inimigo pesadas baixas, tanto em homens como em material, tendo conseqüentemente, se transformado numa grande derrota estratégica militar portuguesa<sup>78</sup>.

"Em Mueda, a luta tinha ensinado o povo a assumir uma responsabilidade comum sobre os seus recursos e a encontrar soluções para a sobrevivência e para a defesa das suas conquistas"<sup>79</sup>.

Como podemos observar, a guerra para além de ter causado efeitos negativos caracterizados pela destruição e desorganização da vida económica das populações do planalto de Mueda, contribuiu também para aquisição de alguns ensinamentos e experiências por parte da população, que foram em alguns casos, muito determinantes para o triunfo da mesma.

---

<sup>78</sup> *Idem*, p.29. Cf. também Adam 1993:36.

<sup>79</sup> EGERO, Bertil., Moçambique: Os primeiros dez anos de construção da democracia, Estudos 8, Maputo, 1992, p.171.

### **3.6. Transição para a independência e perspectivas de desenvolvimento socio-económico de Mueda (1974-1979)**

Com o fim da guerra em 1974, o distrito de Mueda começa a sofrer muitas transformações e novos desafios se impõem visando o desenvolvimento socio-económico da região. A primeira grande transformação, foi marcada pelo regresso massivo das populações que durante a guerra tinham abandonado a região em busca de refúgio dentro e fora do país (principalmente na Tanzania).

De facto, o Planalto de Mueda em geral e o Distrito de Mueda em particular, tinha sido quase completamente abandonado durante todo o período da guerra. Grande parte da sua população tinha abandonado as suas antigas residências tendo se refugiado nas encostas do planalto, florestas, cavernas e grutas, para se escaparem da grande sanha cega e violenta imposta pelos portugueses.

Com o cessar fogo em 1974 e a passagem do poder para a Frelimo, a população começou paulatinamente a regressar para as suas antigas casas. Nesse período, o primeiro grande desafio que se levantou no distrito, foi o problema de refixação, reassentamento e segurança dessas populações. A grande medida tomada pela Frelimo para garantir o controlo e segurança da população, foi a concentração dela a volta das bases e destacamentos do movimento para um eventual reordenamento.

No período entre o fim da guerra e o limiar de 1976 fala-se

da existência de três<sup>80</sup> formas principais de reordenamento das populações vivendo nas zonas libertadas:

- reordenamento da população baseado em moldes de ocupação tradicional (aldeia familiar);
- reagrupamento das populações em redor das bases e destacamentos da Frelimo onde viviam durante a guerra; e
- transferência das populações para novos locais previamente seleccionados e estratégicos (com água, estradas, terra fértil, etc.).

Essas formas de reordenamento, vão depois constituir a base para a formação das chamadas aldeias comunais criadas em 1977, no âmbito da política definida pela Frelimo no 3º Congresso realizado no mesmo ano, que via na criação das aldeias comunais como uma estratégia fundamental do processo de desenvolvimento e socialização rural, à semelhança do que tinha sido preceituado na 8ª Sessão do Comité Central da Frelimo realizada em Fevereiro de 1976.

O segundo grande desafio para Mueda, assentava na questão da reconstrução e recuperação da economia flagelada pela guerra, (re)construção de infra-estruturas sociais (estradas, pontes, hospitais, escolas, etc.), visando um rápido desenvolvimento socio-económico da região.

O terceiro grande desafio consistiu na formação de técnicos básicos, visando suprir a falta de quadros capazes de mobilizar politicamente as populações para a difícil tarefa de recuperação

---

<sup>80</sup> ADAM, Yussuf, "Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento", In: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, n.º14, Maputo, 1993, p.44.

económica do distrito, já que durante o período de transição (1974) muitos quadros da direcção da Frelimo, por orientação do movimento, tinham saído do distrito para outras zonas da província (sobretudo para a zona sul) onde não havia zonas libertadas, e onde as populações continuavam ainda a viver nos chamados aldeamentos coloniais, para lá desenvolverem o trabalho de mobilização política das populações dessas zonas, para a nova realidade política do país.

O quarto desafio, visou a definição de estratégias de desenvolvimento socio-económico do distrito no pós-independência.

O quinto e último desafio, visou a angariação de meios técnicos e financeiros para levar a bom termo as estratégias de desenvolvimento socio-económico esboçadas para o distrito.

Assim, no pós-independência, dando seguimento a orientação do partido Frelimo de "priorizar as zonas libertadas", desenvolveram-se em Mueda os seguintes<sup>81</sup> projectos de desenvolvimento socio-económico:

- projecto de abastecimento de água ao Planalto de Mueda, iniciado em 1976 e financiado pela UNICEF e HELVETAS;

- projecto de reflorestamento e desenvolvimento integrado do Planalto de Mueda (FO-9) negociado a partir de 1979 entre o governo moçambicano e suíço, tendo os trabalhos iniciado em 1981, com o financiamento do governo suíço.

- projecto de construção dos "centros pilotos", iniciado em

---

<sup>81</sup> GUBLER, Daniel; M. TELES, Isa., "A luta pela água no planalto de Mueda", Pemba: CICAD/HELVETAS, 1983, p.4.  
Cf. também ADAM, Yussuf, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, n°14, p.67.

1976 e realizado pela autoconstrutora dos Centros Pilotos-Brigada da Educação;

- projecto de instalação dos centros de comunicação social em diversas aldeias de Mueda, promovido pelo Ministério da Informação e apoiado pela UNICEF; e

- projecto de fornecimento, distribuição e comercialização de bens de consumo em Mueda (CRIA), promovido pelo Ministério do comércio Interno em 1984, e apoiado pelos governos francês e irlandês.

Mais adiante, no capítulo seguinte, analisaremos com detalhes alguns destes projectos para conhecermos o seu impacto no desenvolvimento socio-económico da região, seus êxitos e fracassos.

### **3.7. A Participação das ONG's Internacionais na promoção do desenvolvimento socio-económico do distrito (1979-1985)**

Ao detalhar a participação das Organizações Não Governamentais (ONG's) Internacionais na promoção do desenvolvimento socio-económico de Mueda nesse período, pretende-se dar a conhecer o papel desempenhado por essas organizações na promoção de vários programas e acções de apoio às iniciativas locais de desenvolvimento socio-económico, bem como as áreas da sua actuação.

De uma forma geral, a intervenção das ONG's estrangeiras em Mueda, acontece em dois grandes períodos: o primeiro período

cobre os anos de 1976 a 1985, período no qual as actividades visam a reabilitação de estruturas técnicas, desenvolvimento económico e apoio a transformação socialista. O segundo vai 1985 a 1992, onde as acções foram mais centradas nos programas de emergência devido a guerra civil<sup>82</sup> movida pela Renamo.

Partindo da realidade e necessidades concretas da região, várias ONG's estrangeiras foram solicitadas a intervirem em diferentes áreas de acção em Mueda, nomeadamente na agricultura, saúde, comércio, assistência social, entre outras. Assim, durante o período de 1975-1985, o distrito contou com a presença de 5 ONG's estrangeiras, nomeadamente a UNICEF, HELVETAS, Cooperação Suíça, CRIAA e OXFAM operando em várias áreas.

A intervenção da UNICEF e HELVETAS na região, foi mais virada ao sector das águas, que juntamente com a Construtora Integral de Cabo-Delgado (CICAD), desenvolveram trabalhos de ampliação, substituição de velhos tubos montados durante o período colonial por novos, bem como a construção de novos sistemas de abastecimento de água ao Planalto de Mueda em geral, e distrito de Mueda em particular.

A intervenção da Cooperação Suíça na região, foi orientada principalmente no apoio ao sector agrícola, cooperativo, criação de pequenas indústrias, assim como no apoio a certas iniciativas locais.

A intervenção do projecto CRIAA, tinha sido orientada para o

---

<sup>82</sup> É frequente para muitos autores que estudaram a questão do conflito armado em Moçambique, o uso do termo "guerra civil" ou "guerra de desestabilização económica", para se referirem do conflito armado movido pelo ex-M.F.R. (RENAMO) contra a Frelimo, que culminou com a destruição de grandes infraestruturas da economia nacional, como os portos e caminhos de ferro, bem como de pequenas infraestruturas económicas e sociais, como estradas, pontes, hospitais e escolas, para além da destruição de vidas humanas.

sector de comercialização agrícola a pedido do Ministério do Comércio Interno, sendo no entanto, uma alternativa viável para suprir a carência de bens de primeira necessidade que se faziam sentir na região.

A OXFAM, foi uma organização que apoiou várias iniciativas na região, como indústria artesanal, construção de escolas, postos de saúde, distribuição de sementes de milho importado, entre outras.

A actuação dessas ONG's na região, era feita de acordo com os programas de desenvolvimento definidos anualmente pelo governo. O governo compatibiliza os seus programas com as actividades das ONG's.

### ***3.8. Análise da situação socio-económica do Distrito de Mueda durante a guerra civil (1985-1992)***

Na análise da situação socio-económica da região durante a guerra civil (1985-1992), focalizaremos os aspectos gerais da situação socio-económica do distrito de Mueda sob ponto vista do impacto da guerra na estrutura socio-económica da região, e principais formas de sobrevivência das populações.

Com efeito, o conflito armado terminado em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em Roma (Itália) entre a RENAMO e a Frelimo, contribuiu fortemente para a destruição da base socio-económica da região.



Com a intensificação da guerra a partir de 1985 por elementos da RENAMO, caracterizada pela destruição de infraestruturas físicas da região (cantinas, estradas, pontes, escolas, hospitais, etc.) contribuiu para a paralização aparente das actividades económicas da região.

A produção agrícola dos Macondes deixou de ser praticada em zonas habituais como no **chulumu** (zona distante e de mata virgem), para passar a ser praticada nos **viengos** (zonas e/ou fortificações em redor das aldeias ou povoações); a destruição das vias de comunicação (estradas e pontes), levou a paralisação da actividade comercial e consequentemente, a quebra na comercialização de produtos agrícolas pois, muitos comerciantes e agências estatais de comercialização como a **AGRICOM** e a **CGCD** (Comércio Grossista de Cabo Delgado), cessaram de ir comprar produtos aos camponeses da região.

Na sequência do conflito armado, grande parte da rede escolar no distrito ficou afectada, e as suas actividades ficaram também paralisadas. Como consequência disso, milhares de crianças perderam a oportunidade de continuarem com os seus estudos.

A expansão da guerra no distrito quando ela se tornou mais intensa nos anos de 1985/1989, fez-se das zonas baixas para as zonas altas do Planalto. As aldeias mais atingidas pela guerra no distrito foram Nanhala, Nacatar, Lipelwa e Chapa, todas localizadas nas terras baixas do planalto, sendo esta última, considerada actualmente como zona de forte influência da

Renamo<sup>83</sup>.

A penetração de elementos da Renamo nessas zonas, era guiada por elementos da população que eram capturados nas machambas ou a caminho das machambas, os quais eram forçados sob ameaça de morte, a fornecerem todos os dados relativos a dispositivos militares das suas aldeias (se há ou não forças), os efectivos militares, a movimentação dos militares e o tipo de armamento existente.

A introdução do PRE (Programa de Reabilitação Económica) em 1987, aliado a guerra, veio contribuir para o agravamento da situação dos camponeses em Mueda pois, o custo de vida tornou-se mais elevado do que o normal e daí, a emergência de algumas formas de sobrevivência social e económica das populações.

Socialmente, as populações desenvolveram durante a guerra, formas de sobrevivência social caracterizadas pela fuga para o mato durante a noite, podendo retornar durante o dia. Segundo informações colhidas junto de um dos nossos entrevistados, " com a intensificação da guerra na nossa aldeia nos anos de 1986-1989, toda população dormia no mato durante a noite, e só regressava para a aldeia ou povoação durante o dia"<sup>84</sup>.

Outra forma de sobrevivência social, consistia no abandono das povoações para zonas de maior segurança social e militar, como é caso da sede distrital, onde esteve instalado uma base das forças governamentais comandadas pelo Major Chukulu, que garantia

---

<sup>83</sup> William Muluta (negociante): Entrevistado na aldeia Mpeme, 2/8/96. Sobre as primeiras zonas a serem ocupadas por elementos da Renamo, Cf. Adam (1993):78.

<sup>84</sup> Tiago Nkalimile: Entrevista, Aldeia Lipelwa, 29/7/96.

a segurança militar da região. Nas zonas de refúgio, essas populações viviam na condição de refugiados ou deslocados de guerra, o que os colocava automaticamente numa condição de dependência social e económica em relação as famílias residentes.

Economicamente, as populações de Mueda aumentaram durante a guerra, a produção de produtos que poderiam vender. Cresceu o fabrico intensivo de bebidas tradicionais, tais como a **cabanga** (bebida fermentada feita artesanalmente com base na mapira e mandioca seca), e **lihipa** (aguardente feita com base na cana de açúcar), que eram vendidos nos mercados informais distrital e provincial. Desenvolveu-se também durante esse período, o comércio de peixe seco adquirido no lago Inguri por meio de compra ou troca com bebidas tradicionais.

Alguns jovens ousados aventuravam-se por via de contrabando, a ir comprar na Tanzania os bens mais procurados na região como, capulanas, óleo, sabão, açúcar e sal para venda no mercado informal local. Essa actividade permitiu-os acumularem um pequeno capital, de modo que com o fim da guerra em 1992, muitos deles conseguiram estabelecer pequenas bancas comerciais no mercado formal local, onde desenvolvem os seus negócios.

Outros ainda, com apoio dos seus familiares bem posicionados na elite do poder nacional (ministros e altos oficiais militares), conseguiram erguer pensões em Mueda, tal é o caso do Lilepe, gerente de uma das maiores pensões que o distrito possui (pensão Takatuka).

### **3.9. Conclusões**

A ocupação colonial de Mueda efectuada primeiro pela Companhia do Niassa, contribuiu para a transformação socio-económica da região, a julgar pela obrigatoriedade do trabalho, cobrança compulsiva dos impostos e outras práticas anti-sociais.

A ocupação colonial militar portuguesa levada a cabo em 1917, levou à reestruturação do poder local, introdução na economia local de novas formas de produção (produção para o mercado), e a introdução do cultivo forçado do algodão nas décadas 30 e 40.

Essas mudanças, contribuíram para o agravamento da situação económica e social do camponês em Mueda, que passou a sobreviver a custa dos seus baixos rendimentos agrícolas e dos salários ganhos nas plantações de sisal do Tanganyika, para onde fugiam em busca de melhores condições de vida, sendo ao mesmo tempo, uma forma de fuga aos maus tratos do estado colonial.

Essa fuga de camponeses para o Tanganyika, veio contribuir para o despertar da consciência nacionalista no seio delas que, influenciados pelas mudanças socio-económicas de além fronteira, sobretudo da TANU que se preparava para a conquista da independência em 1961, passaram a acreditar em si e conseguiram estabelecer na região, uma base socio-económico independente da administração colonial (cooperativas ligwilanilu, ligadas a SAAVM).

Essas cooperativas, constituíram mais tarde em núcleos de

discução e difusão de ideias políticas, o que veio contribuir para formação no exterior, de movimentos nacionalistas como a MANU, fundada por moçambicanos migrantes de Mueda.

A luta armada levada a cabo pela FRELIMO em 1964, veio imprimir uma nova dinâmica na luta dos camponeses pela conquista da independência política, social e económica. Para além do impacto socio-económico por ela criado, contribuiu para a aquisição de muitos ensinamentos e experiências na vida socio-económica das populações, que serviram de base para o desenvolvimento socio-económico da região no pós-independência em 1975.

A participação das ONG's estrangeiras na promoção do desenvolvimento socio-económico da região no período pós-independência, é resultado de iniciativas canalizadas pela Frelimo, visando o restabelecimento de uma economia destruída pela guerra de libertação nacional e a promoção do bem-estar social das populações.

O conflito armado ou a guerra civil que afectou o distrito de Mueda a partir de 1984 e que se intensificou em 1985, caracterizado pela destruição de infraestruturas socio-económicas e vidas humanas, é visto como um conflito movido por alguns elementos descontentes no seio da Frelimo apoiados por forças imperialistas que, não tendo concordado com a linha de orientação política e económica definida pela Frelimo no período pós-independência, procuraram desestabilizar economicamente o país visando desacreditar o poder político da Frelimo.

## 4. PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO E SEUS BENEFICIÁRIOS

### 4.1. Introdução

Neste capítulo, pretende-se estudar os principais projectos de desenvolvimento socio-económico investidos em Mueda no pós-independência, visando compreender o seu impacto no desenvolvimento socio-económico da região, principais grupos beneficiários, formas da sua gestão e seus resultados.

### 4.2. Projecto colonial de abastecimento de água em Mueda

Este projecto iniciado nos anos 60 pelas autoridades coloniais, serviu como trampolim para suster os "ventos nacionalistas" que afectavam os camponeses da região com as mudanças políticas da vizinha Tanganyika, que se preparava para a independência em 1961<sup>85</sup>.

O projecto destinado a garantir o abastecimento de água à população do Planalto de Mueda, tinha sido copiado do já existente *Makonde Water Supply* construído pelos britânicos no Planalto de Newala (Tanganyika), e que já se encontrava a funcionar nos finais dos anos cinquenta<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup> ADAM, Yussuf., "Mueda, 1917-1990: colonialismo, resistência, libertação e desenvolvimento", In: *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º14, Maputo, 1993, p.72. Vide também GUBLER, Daniel; M. TELLES, Isa., "A luta pela água no Planalto de Mueda", Pemba: CICAD/HELVETIAS, 1983, p.7.

<sup>86</sup> Adam (1993):72.

A administração colonial, tinha assim construído em Mueda três grandes sistemas de abastecimento de água ao Planalto de Mueda, dois dos quais localizados na vila de Mueda (Chude e Chomba) destinados a fornecer água a tropa colonial, e um em Muatide destinados a fornecer água as populações das aldeias distantes e com grande carência de água. Refira-se que até 1964, todos os sistemas já se encontravam em funcionamento. Um quarto sistema, o de N'tamba tinha sido construído mais tarde e não chegou a funcionar.

Durante a guerra, esforços visando maior fornecimento de água ao exército colonial, culminaram com a abertura de furos em Nangololo, Miteda (próximo da aldeia Lutete) e um sistema em N'gapa e Nangade<sup>87</sup>.

Com a independência em 1975, todo o sistema colonial de abastecimento de água em Mueda estava praticamente destruído e inoperante devido a guerra de libertação nacional, e a procura de água na região tinha se tornado num grande dilema. Assim, mais do que uma acção de emergência, o projecto de abastecimento de água em Mueda, tinha resultado numa opção política tomada pela Frelimo nos primeiros anos de independência, de "priorizar o desenvolvimento socio-económico das zonas libertadas".

Por outro lado, o projecto de abastecimento de água em Mueda, resultou também na necessidade de satisfazer a pressão exercida pela população local sobre a Frelimo, de modo que pudesse honrar os seus compromissos feitos durante a guerra, de

---

<sup>87</sup> Adam 1993, p. 73.

assegurar no seu final, o abastecimento de água a todas aldeias da região<sup>88</sup>.

Para satisfazer as exigências das populações, a Frelimo estabeleceu um acordo com a UNICEF a partir de 1976 visando o financiamento do projecto, cujo montante inicial foi estimado em cerca de 400.000 dólares norte americanos para o período entre 1976 e 1978, tendo a execução das obras sido entregue a Construtora Integral de Cabo Delgado (CICAD)<sup>89</sup>.

Assim, dada a urgência da situação, foram estabelecidas acções práticas que consistiram na restauração de todo o sistema, tendo no entanto, sido priorizados os seguintes<sup>90</sup> sistemas:

Sistema de Chomba: - Recuperação e ampliação do antigo sistema;

Sistema de Chude: - Melhoramento do sistema de captação e da estação de bombagem do antigo sistema;

Sistema de Nangade:- Recuperação do antigo sistema;

Sistema de Muatide: - Construção de um novo sistema visando fornecimento de a Muatide, Base Central, Centro Piloto de Luanda e Nang'unde; e

Sistema de N'tamba: - Construção de um novo sistema de abastecimento de água com captação no rio N'tamba, com vista a abastecer as aldeias localizadas nessa zona.

Na fase inicial (1976-1978), o projecto de abastecimento de

---

<sup>88</sup> LITTLEJOHN, Gary., "Rural development in Mueda District (Mozambique)", Leeds Southern Studies, number 9, University of Leeds, 1988, p.4. Sobre o mesmo assunto, vide ADAM, Yussuf, Op.cit, p.73.

<sup>89</sup> GUBLER, Daniel; M.TELES, Isa., Op.cit. p.10.

<sup>90</sup> Idem.



água ao Planalto de Mueda teve grandes problemas. Tratava-se primeiro, de uma fase de emergência em que não foram tomados em consideração os aspectos técnicos do sistema, devido a rapidez com que tinham sido executadas as obras. Segundo, não tinha sido feito algum estudo de prospecção hídrica, a não ser aquele que fora levado a cabo no tempo colonial (1957) pelo Jorge Dias, que foi no entanto, um estudo antropológico e que nada adiantava sobre a questão nas diversas áreas<sup>91</sup>.

Em 1978, com a participação da empresa Italiana *Italteco/Lega* no apoio ao problema de abastecimento de água em Mueda, foi levado a cabo um estudo mais completo, do qual resultou um conhecimento mais ou menos aprofundado sobre a distribuição demográfica, geologia, climatologia e hidrologia da região<sup>92</sup>.

A este estudo, sucederam outros como o de *Sonneville* (1981) e de *Smidt & Bouman* (1985), cujo último incluiu a execução de sondagens mecânicas e geológicas a sudeste da vila de Mueda, entre aldeia Lilondo e Mpeme<sup>93</sup>.

Em 1982, com a formação da Empresa Águas do Planalto de Mueda (EAPM) encarregada de manutenção das obras, já estava quase assegurado o abastecimento de águas em Mueda com a entrada em funcionamento do sistema de N'tamba.

O sistema de abastecimento de água em Mueda, ligava-se

---

<sup>91</sup> GUBLER, Daniel e M. TELES, Isa., "A luta pela água no Planalto de Mueda", Fomba: CICAD/HELVETIAS, 1983, p.46.

<sup>92</sup> RIJSDIJK, Anton; et.all., "Relatório final do estudo hidrogeológico para o melhoramento do sistema de abastecimento de água a vila de Mueda", DNA, Maputo, 1992, p.3. Vide também ADAM, Yussuf., Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, n°14, 1993, p.74.

<sup>93</sup> RIJSDIJK, et.all., 1992, p.3.

também ao problema de sanidade, daí que o seminário realizado em Pemba em 1982, que contou com a participação da UNICEF (Instituição organizadora), Direcção Nacional de Águas, estruturas provinciais de saúde, Secretariado Provincial da Política Económica e outras entidades, visou a coordenação de esforços no sentido de inserir o problema de abastecimento de água potável na região, num contexto mais global, ou seja desenvolvimento integrado da região.

Antes da realização desse seminário, a problemática de água em Mueda era tratada numa perspectiva mais política. Nunca tinham sido feitos estudos socio-económicos com vista a avaliar o seu impacto no desenvolvimento integrado da região tais como uso da água na agricultura e no consumo doméstico. Não se tinha feito ainda estudo do impacto social e económico do uso de água pela mulher maconde (principal beneficiária).

O seminário de 1983, trouxe assim um importante contributo na análise da problemática de abastecimento de água em Mueda, abrindo campo de estudo de todos esses aspectos de que o futuro do projecto dependia.

#### ***4.3. Projecto de reflorestamento e desenvolvimento integrado de Mueda (FO-9)***

O projecto de reflorestamento e desenvolvimento integrado de Mueda (FO-9), inseriu-se no conjunto de iniciativas desenvolvidas pela Frelimo nos primeiros anos da independência, visando o desenvolvimento socio-económico de Mueda, região onde a luta

armada começou e produziu muitos efeitos na vida socio-económica da região. Um dos efeitos foi o superpovoamento registado na região no período pós-independência, com o regresso massivo de populações refugiadas de guerra. Originou problemas sérios de ocupação e aproveitamento de terra em Mueda.

Para atenuar essa situação, o governo moçambicano representado pelo Ministério de Agricultura, idealizou o projecto de reflorestamento e desenvolvimento integrado da região pois, como se deve saber, Mueda divide-se em duas grandes regiões com características económicas diferentes, nomeadamente zona alta e zona baixa.

Com o regresso das populações que se tinham refugiado no interior e exterior do país durante a guerra, a zona alta do Planalto tornou-se por razões climáticas (terra fértil para a prática de agricultura) mais povoada em relação zona baixa (com solos muito pobres e com ocorrência de secas), e por razões históricas de querer preservar a terra dos seus antepassados.

Para o financiamento do projecto, o governo moçambicano entrou em 1979 em acordo negociado com a Agência Suíça de Desenvolvimento, a qual concordou financiar o projecto, tendo no início disponibilizado um montante estimado em um milhão de dólares doados pelo governo suíço<sup>94</sup>.

Cobrando uma média de cerca de 50 aldeias da região do Planalto e com uma área estimada em 26.000 km, o projecto definiu

---

<sup>94</sup> JORGE, Celestino., "FO-9: futuro do Planalto", In: Revista Tempo, n°594, 26/2/1982, p.13.  
Cf. também ADAM, Yussuf., Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, n°14, 1993, p.67.

os seguintes<sup>95</sup> objectivos principais: realização de um programa de reflorestamento e de gestão de recursos florestais; realização de acções coordenadas que permitam o melhoramento da fertilidade dos solos; apoio ao desenvolvimento das pequenas indústrias artesanais; apoio ao sector familiar e cooperativo das aldeias e estabilização da densidade demográfica do Planalto, por meio de criação de condições socio-económicas nas terras baixas, por forma a atrair grande parte da população do Planalto para essa zona.

Este projecto que começou a ser implementado em 1980 através de um estudo visando o levantamento de dados histórico-antropológicos, sociológicos e físicos relativos a região, compreendia um programa de acções estimado para para um período de dez anos e dividido em dois quinquénios.

O primeiro quinquénio (1980-1984), as acções do projecto foram orientadas no sentido de estancar e reverter o declínio da economia da região que se fazia sentir a partir do último período colonial (1970-1974); enquanto que no segundo quinquénio (1985-1990), as acções do projecto foram orientadas no desenvolvimento e crescimento económico do distrito<sup>96</sup>.

Em 1982, o projecto operava em três grandes áreas nomeadamente, na área florestal, agrícola e pequena indústria<sup>97</sup>.

---

<sup>95</sup> COOPERAÇÃO SUIÇA-MOÇAMBIQUE (Relatório), "Plano a médio e longo prazo de desenvolvimento de Mueda", Ministério de Agricultura: Maputo, 1982, anexos, p.1. Cf. também ADAM, Yussuf (1993) ; JORGE, Celestino (1982).

<sup>96</sup> LITTLEJOHN, Gary., "Rural development in Mueda District (Mozambique)", Leeds Southern African Studies, number 9, University of Leeds, 1988, p.8.

<sup>97</sup> ADAM, Yussuf., "Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento", In: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, n°14, Maputo, 1993, p.69. Vide também LITTLEJOHN, Gary., Op.cit., p.7.

Na área de reflorestamento, foi feito o plantio de algumas espécies de árvores tais como eucaliptos, pinheiros, acácias-vermelhas (delonix regia), ntama (designação local de uma árvore que dá boa madeira) e leucinas, algumas das quais podiam ser vistas em 1996, num dos centros de experimentação instalado próximo da sede distrital (na entrada da vila), para além de certas árvores de frutas (mangueiras, papaeiras, goiabeiras e coqueiros).

Na área agrícola, tinha sido realizado nas terras baixas do Planalto, um ensaio de trinta variedades de arroz, visando apurar as espécies que melhor se adaptariam ao clima dessa zona, bem como outras variedades de culturas como, mapira, cana-de-açúcar, girassol e mandioca, para além da criação de algumas espécies de animais (porcos, cabritos, coelhos e aves).

No sector da pequena indústria, tinha sido projectada a construção de uma pequena fábrica de óleo de girassol na zona baixa do Planalto, onde se provou que a cultura do girassol é uma das que melhor se adapta ao clima dessa zona.

De acordo com os dados recolhidos referentes ao impacto socio-económico de cada uma dessas áreas, os resultados obtidos no sector de reflorestamento, foram bastante negativos por razões seguintes:

- Desinteresse demonstrado pelas populações na actividade do plantio das espécies de árvores introduzidas pelo projecto, por não conhecerem a sua importância económica e seu valor cultural, e acima de tudo, porque a prática dessa actividade não era

rentável para a população<sup>98</sup>.

- Queimada e abate indiscriminado das árvores por parte de alguns residentes menos idóneos, alegadamente porque davam porlado, má beleza as aldeias e procriavam serpentes, por outro lado, por serem espécies menos conhecidas na região.

As actividades do projecto proseguiram durante o ano de 1983, com vários programas de acções entre os quais, apoio ao movimento cooperativo das aldeias e criação de cooperativas em zonas onde elas não existiam. No mesmo ano (1983), a primeira fase de actividades já estava completa e o projecto encontrava-se já numa fase avançada de desenvolvimento<sup>99</sup>.

Nos anos de 1984-1990, o projecto mergulhou numa crise derivada de vários factores nomeadamente, falta de dinheiro para pagamento de salários aos trabalhadores, instabilidade política da região derivada da guerra civil movida pela Renamo, tendências para a monopolização do projecto por parte das estruturas administrativas locais, que se manifestaram no uso abusivo e em benefício individual, dos recursos materiais e humanos do projecto<sup>100</sup>, assim como emprego de muitos trabalhadores no projecto, dificultando a supervisão administrativa do pessoal.

---

<sup>98</sup> Adam, (1993):69.

<sup>99</sup> Adam, (1993):69.

<sup>100</sup> Idem, p. 70.

#### 4.4. Projecto de apoio a comercialização agrícola (CRIAIA)

O projecto CRIAIA introduzido em Mueda em 1984 por ONG's Francesa e Irlandesa, com o financiamento da Comunidade Económica Europeia (CEE), surgiu na necessidade de apoiar os camponeses de Mueda para a solução de vários problemas relativos ao fornecimento, distribuição e comercialização de bens de consumo<sup>101</sup>.

A elaboração deste projecto e a sua implementação em Mueda, surgiu de um acordo negociado entre o governo moçambicano representado pelo Ministério do Comércio Interno e a CEE, visando suprir a crise de bens de consumo que se fazia sentir em Mueda a partir de finais de 1980<sup>102</sup>.

Assim, com a entrada em acção do projecto em 1984, o seu primeiro programa de apoio em Mueda, consistiu em trazer roupa usada, catanas, limas, enxadas, machados, martelos e bens de consumo para comercialização, por meio de troca com produtos agrícolas (cereais principalmente).

Os mecanismos de troca desses produtos, eram caracterizados por muita discrepância, visto que a organização do processo de troca estava sob a responsabilidade das estruturas administrativas locais, que faziam a distribuição de senhas que davam acesso as trocas em cada família da aldeia ou bairro.

---

<sup>101</sup> ADAM, Yussuf., "Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento", Arquivo, 14 (1993): 75-76.

<sup>102</sup> *Idem.*

Sucedia as vezes que esses, procuravam dar maiores beneficios às suas famílias distribuindo mais senhas numa mesma família, dando-lhes assim a oportunidade de realizarem mais trocas e conseguirem muita roupa e bens de consumo.

"O projecto CRIAA beneficiou mais os chefes e as suas famílias. Quando os chefes passavam a distribuir as senhas, nas casas das famílias, distribuiam mais senhas nas casas das suas famílias ou conhecidos. Nessas famílias, eles davam senhas a toda gente, a partir dos mais jovens até aos mais velhos. Para nós que não eramos da família ou conhecidos, o homem e a mulher é que tinham direito de receber senhas"<sup>103</sup>.

O segundo programa, foi caracterizado por acções de emergência que consistiram na compra do milho dos camponeses de Mueda para apoiar alguns distritos da província seriamente afectados pela fome, sobretudo os da zona centro da província (Macomia, Meluco e Pemba-Metuge).

De uma maneira geral, o projecto CRIAA segundo Yussuf Adam, "teve grande impacto na economia de Mueda, tanto a nível dos camponeses como ao nível da consolidação da burguesia local- os comerciantes e funcionários do Estado bem colocados"<sup>104</sup>.

#### **4.5. Conclusões**

Os projectos de desenvolvimento iniciados em Mueda no pós-

---

<sup>103</sup> Likapenha Mauro: Entrevista, Aldeia Lilondo, 2/8/1996.

<sup>104</sup> ADAM, Yussuf., "Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento", In: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, n.º14, Maputo, 1993, p.76.



independência, eram resultado em grande parte, duma opção política tomada pela Frelimo visando o desenvolvimento da região onde a luta armada começou e durou muito tempo, e que teve grande impacto na economia local.

A população embora sendo a principal beneficiária desses projectos, às vezes não os apoiou. É devido por um lado, ao desinteresse por ela demonstrado, e por outro lado, ao desconhecimento dos princípios, objectivos e cláusulas contratuais que norteiam a sua decisão e implementação, visto que eles são decididos ao nível dos órgãos centrais, sem o aval dos órgãos locais.

A responsabilização das estruturas administrativas locais pelo cumprimento de programas de acções desses projectos, cria maior descontentamento no seio da população dado que, os chefes passam a ser os maiores beneficiários desses projectos, o que origina a desigualdade social no seio da comunidade.

## 5. CONCLUSÃO

O presente trabalho, é fruto de uma investigação baseada na leitura e interpretação de diversa documentação versando sobre o tema ou outros assuntos relacionados, bem como da recolha directa de fontes orais e observação directa da realidade socio-económica e cultural da região. como resultado dessa pesquisa, podemos extrair as seguintes conclusões gerais:

I) O processo de desenvolvimento económico de Mueda foi caracterizado por mudanças sociais e económicas. Devido a ocupação colonial, os chefes tradicionais locais perderam o poder que tinham sobre as suas linhagens. Foram integrados no sistema político colonial. Foi introduzido o cultivo forçado de algodão na economia local. A produção camponesa que ultrapassava a subsistência, foi destinada para o mercado colonial (exportação) e para o pagamento de impostos. Os camponeses passaram a depender do trabalho migratório e dos salários ganhos nas plantações de sisal do Tanganyika. Criou-se a diferenciação social no seio dos camponeses. Surgiram camponeses ricos que basearam a sua riqueza no acesso e controlo de melhores terras e meios de produção. Foram instaladas algumas empresas capitalistas, lojas e povoações comerciais que antes não existiam.

II) As estratégias de desenvolvimento socio-económico iniciadas na região no período pós-independência, resultavam duma opção política. Não tiveram em conta as realidades socio-económicas e culturais locais. Não foram concebidas numa perspectiva de desenvolvimento endógeno, isto é, capazes de organizar as estruturas e as forças produtivas locais, de modo a aproveitarem as potencialidades económicas locais.

III) As estratégias de desenvolvimento adoptadas para Moçambique em geral, e para Mueda em particular, incluem algumas características já criticadas por Mário Murteira. Na análise que faz sobre as estratégias alternativas de desenvolvimento na África Austral, os planos apontam algumas falhas que também se

notam em Mueda. Não envolveram a base na planificação, não contaram com as forças e iniciativas locais.

IV) Em geral, as estratégias de desenvolvimento investidas em Mueda, embora destinadas a apoiar a população local, pouco tem tido de iniciativa local. Não podem gerar benefícios sociais reais que estimulem o envolvimento massivo das populações, na materialização de programas de acções das estratégias. A exclusão das comunidades e das forças produtivas locais por um lado, o desinteresse demonstrado pelas próprias comunidades por outro, são alguns motivos que justificam a ausência de iniciativas locais.

V) A estratégia de excluir as comunidades e forças produtivas locais da planificação, implementação e gestão de projectos de desenvolvimento, beneficia alguns chefes locais. Fazem valer o seu poder político e seu prestígio social, colaboram na implementação de planos e conseguem obter proventos técnicos, materiais e monetários. Fortalecem o seu prestígio político e social e alcançam uma certa posição económica. Transformam-se em actores importantes do processo de transformação e desenvolvimento socio-económico.

VI) A instabilidade política e social motivada pelas guerras ocorridas na região, a localização distante dos portos da província (Pemba e Mocímboa da Praia) e dos grandes polos de desenvolvimento, a inexistência de grandes infraestruturas socio-económicas (portos e caminhos de ferro), distâncias dos grandes centros comerciais da província (Pemba, Montepuez e Mocímboa da

Praia) e os elevados custos de transporte, justificam o atraso do desenvolvimento económico da região.

## 6. BIBLIOGRAFIA E FONTES

### *Fontes não publicadas*

Arquivo Histórico de Moçambique (AHM)

Fundo ISANI. Cx.93. - Relatórios e documentos referentes a inspecção ordinária feita na província do Niassa, 1938-1940, [Pelo Inspector A.E.Pinto Corrêa], (3 Vols.).

(Nota): Não encontramos o relatório da inspecção de Mueda.

Fundo ISANI. Cx.94. - Relatório de inspecção ordinária ao Distrito de Cabo Delgado, 1944-1951, [Pelo Inspector Manuel Metello].

(Nota): O mesmo relatório, descreve a inspecção da circunscrição dos Macondes.

### Teses.

ADAM, Yussuf., Trick or Treat: The relationship between destabilisation, aid and government development policies in Mozambique 1975-1990, Roskilde Ph.D. in Development Studies, 1996.

LÔBO, Rafael Cárcomo de Almeida., *As autoridades tradicionais e a organização das regedorias de 1961: alguns aspectos político-administrativos da província de Moçambique*, Lisboa, 1966.

OLIVEIRA, Ângela Maria Rebelo de., *Análise das relações de sociais de produção na sociedade maconde(1850-1984)*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Antropologia, 1987/1988.(Dissertação apresentada com objectivo de obtenção do grau de licenciatura em Antropologia).

Manuscritos não publicados, papers policopiados etc.

ADAM, Yussuf; COIMBRA JÚNIOR, Humberto L., *Os beneficiários dos PRES são alguns comerciantes e chefes que sempre foram chefes: efeitos do Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) em Cabo-Delgado*, Maputo, CEP, 1997, (xerocopiado).

BRITO, Luís de, et.all. *Manual de História de Luta Armada de Libertação Nacional*, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1985.

CEA-UEM (Relatório)., *A Situação nas antigas zonas libertadas de Cabo-Delgado*, Maputo: Oficina de História, 1983.

Cooperação Suiça-Moçambique (Relatório)., Plano a médio e longo prazo de desenvolvimento de Mueda, Maputo: Ministério de Agricultura, 1982.

Direcção Distrital de Agricultura (DDA)., Relatório Anual do Projecto FO-9, Mueda, Dezembro de 1990.

GUBLER, Daniel; M.TELES, Isa., A luta pela água no planalto de Mueda, Pemba: CICAD/HELVETAS, 1983.

LIESEGANG, Gerhard., Ocupação colonial e Resistência Anti-colonial em Cabo Delgado, ca.1887-1920, [Draft não publicado].

LITTLEJOHN, Gary., "Rural development in Mueda District, Mozambique", Leeds Southern African Studies, number 9, University of Leeds, May, 1988, 17P.

NEGRÃO, José Guilherme., "A questão agrária em Moçambique", colecção de documentos da Frelimo e do Estado da R.P.M. de 1962/81, Maputo, 1981, (Doc.policopiado).

POMBEIRO, Rodrigo Ramires., Monografia etnográfica: Os Macondes, [s.l.], 1951, 31P.

RIJSDIJK, Anton; et.all., "Estudo hidrogeológico para o melhoramento do sistema de abastecimento de água a vila de Mueda", Maputo: DNA, 1992.

SILVEIRA, Leopoldo Alberto., Os macondes: Monografia etnográfica, Lourenço Marques, 1957.

STOVRING, Jorn., "A discussion of a frame of analysis to the study of industrialization in Mozambique", [s/refs.], pp.1-11, (policopiado).

Water and sanitation workshop of Mueda Plateau:14-23 November, Unicef; National Directorate of Water Resources, Maputo, DNA, 1982, (policopiado).

### ***Fontes publicadas***

Boletins Oficiais e Anuários de Moçambique

Anuário de Moçambique [Anos de 1940, 1974/75]

Boletim da Companhia do Niassa [citado nº189, de 22 de Novembro de 1913].



Boletim Oficial de Moçambique [citado nº51, Iª Série, 17 de Dezembro de 1955].

Artigos, Monografias e Seriados

ADAM, Yussuf., "Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento", In: *Arquivo* (Maputo, Moçambique) 14(1993):9-101.

ADAM, Yussuf; GENTILI, Anna Maria., "O movimento dos liguilanilu no planalto de Mueda 1957-1962", *Estudos Moçambicanos*, nº4, Maputo, 1983. pp.41-72.

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders., *Moçambique em transição: Um estudo de desenvolvimento durante o período de 1974-1992*, Maputo: CEEI-ISRI, 1994 1994.

AMARAL, Wanda do., *Guia para apresentação de teses, dissertações e trabalhos de graduação*, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1995.

ATLAS GEOGRÁFICO, Maputo: Instituto Nacional de desenvolvimento de Educação, Vol.I., 1979.

AZEVEDO, Elízio de., "Os homens tatuados do planalto", Boletim Geral do Ultramar, 473/474(1960):309-312.

BARBOSA, Carlos Alberto Pereira., Neutel de Abreu: patrono dos cursos de entrada de 1970/71, Lisboa: Academia Militar, 1970, 78P.

BARRETO, António., "Desenvolvimento e política", Revista Tempo, nº93, 25/6/1972, pp.33-39.

BARRETO, António., "Desenvolvimento e política", Revista Tempo, nº94, 2/7/1972, pp.39-43.

BOTELHO, José Justino Teixeira., História militar e política dos Portugueses em Moçambique, de 1833 aos nossos dias, Lisboa: Centro tipográfico colonial, 2ªed., 1936, 742P.

BRAVO, N.S., A cultura algodoeira na economia do norte de Moçambique, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1963.

Cabo Delgado: "O grave problema de comercialização e transportes", *Revista Tempo*, nº348, 5/6/1977, pp.46-57.

CARVALHO, Sol., "No planalto de Mueda: Água já não sabe milando", *Revista Tempo*, nº566, 16/8/1981, pp.16-23.

CASAL, Adolfo Yanez., *Antropologia e Desenvolvimento: Aldeias comunais de Moçambique*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995, 234P.

CASIMIRO, Augusto., "Mueda: Caminhos difíceis na socialização do campo", *Revista Tempo*, nº671, 21/8/1983, pp.26-31.

CASIMIRO, Augusto., "Baixa de Mueda: Saída para excesso populacional do planalto", *Revista Tempo*, nº672, 28/8/1983, pp.18-20.

CEA-UEM., "Não vamos esquecer", Boletim Informativo da Oficina de História, nº1, Maputo, 1982.

CHAMBERS, Robert., Desenvolvimento rural: Fazer dos últimos os primeiros, ADRA: Luanda, 1983.

COMANDO NAVAL DE MOÇAMBIQUE/ESTADO MAIOR.,  
Moçambique (Agrupamentos étnicos): Aspectos do estudo do meio humano, Lourenço Marques, 1969.

COMISSÃO NACIONAL DO PLANO., Enumeração da população e agregados familiares das cidades e alguns distritos e postos administrativos de Moçambique, Série Estimativas Demográficas, doc.nº1, Maputo, 1991.

CRAVEIRINHA, João José; ROMANO, Manuel Pedro; BARRACOSO, A.F.; LOBO, L. Cárcomo., Monografia sobre alguns problemas da região dos macondes", Moçambique: documentário trimestral, Lourenço Marques, 1961 pp.3-15.

DIAS, A.Jorge., Os Macondes de Moçambique (aspectos Históricos e económicos), Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, Vol.I., 1964.

DIAS, A. Jorge., Portuguese contribution to cultural anthropology, Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1961.

DIAS, A.J e MARGOT, Dias., Os Macondes de Moçambique (aspectos da vida social e ritual), Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, Vol.III., 1970.

ECO, Umberto., Como se faz uma tese em ciências humanas, 2ªed., Lisboa: Presença, 1992.

EGERO, Bertil., Moçambique: Os primeiros dez anos de construção da democracia, Estudos 8, Maputo, 1992.

ESBOÇO DO RECONHECIMENTO ECOLÓGICO-AGRÍCOLA DE MOÇAMBIQUE, Junta de Exportação do Algodão, Vols.I,II., Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1955.

FAIFE, Abel; INGUANE, Azarias., "Liguilanilu" ou como Mueda disse "Não!" ao poder colonial, *Jornal Domingo*, 28.10.1984, pp.8-9.

FERREIRA, Manuel., *Neutel de Abreu*, Lisboa: Colecção pelo Império nº116, Editorial Ática, 1946, 129P.

GENTILI, Anna Maria., "A subversão no distrito de Cabo-Delgado (1950-1960)", *Moçambique 16 anos de historiografia: Focos, problemas, metodologias, desafios para a década de 90*, Vol.I., Maputo, 1991.

GRILO, Victor Hugo Velez., "Esboço de um guia etnográfico de Moçambique", *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, Lourenço Marques, Vols. I,II, (1960):125-165.

HEDGES, David; CHILUNDO, Arlindo., "A contestação da situação colonial, 1945-1961", *Cadernos de História*, nº7, Maputo: Dptº de História da UEM, 1997, pp.45-90.

JORGE, Celestino., "FO-9: Futuro do planalto", *Revista Tempo*, nº594, 28/2/1982, pp.12-17.

KATIKHIN, Oleg., "Aperfeiçoamento da realização da propriedade comum do povo", URSS: A dinamização do desenvolvimento socio-económico, Moscovo: Academia das Ciências Sociais, 1987

MARMELO, António., "Cabo-delgado: Água para o planalto", Revista Tempo, nº530, 7/12/1980, pp.18-21.

MANUEL, Fernando., "Mueda: Ser berço duma nação forte", Revista Tempo, nº667, 24/7/1983, pp.20-28.

"Mauvilo Aku Mweda: Sobreviventes e participantes historiam massacre", Revista Tempo, nº350, 19/6/1977, pp.42-49.

MELO, Guilherme de., "Nó Górdio: foi há cinco anos a maior e mais vergonhosa derrota do exército colonial", Revista Tempo, nº269, 30/11/1975.

MONDLANE, Eduardo., Lutar por Moçambique, Lisboa: Livraria Sá da Costa editora, 1977.

"Mueda: memórias de um massacre", *Revista Tempo*, nº 609, 13/6/1982, pp.22-25

MURTEIRA, Mário., "Desenvolvimento e Segurança na África Austral: notas sobre os casos de Angola e Moçambique". *Economia e Socialismo*, 60 (Jan-Març.1984), pp.3-11.

NELIMO., I Seminário sobre a padronização da ortografia de línguas Moçambicanas, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane; Faculdade de Letras, 1989.

PÉLISSIER, René., *História de Moçambique: Formação e oposição, 1854-1918*, Lisboa: Estampa, Vol.I., 1987.

PÉLISSIER, René., *História de Moçambique: Formação e oposição, 1954-1918*, Lisboa: Editorial Estampa, Vol.II., 1988.

PERY DA CÂMARA, Major., *África Oriental: Descrição dos territórios do distrito de Cabo-Delgado que fazem parte da concessão feita à companhia do Niassa*, Lisboa: Adolpho Modesto & C<sup>a</sup> Impressores, 1893.



PILILÃO, Fernando., Moçambique: evolução da toponímia e da divisão territorial, 1974-1987, Maputo, 1989.

RITA-FERREIRA, António., Pequena história de Moçambique pré-colonial, Lourenço Marques: Fundo de Turismo, 1975.

RITA-FERREIRA, António., Povos de Moçambique: História e cultura, Porto: Afrontamento, (s.d.).

SOARES, Paulo., " Meio século de transição numa escola africana"  
Art Makondé: Tradition et modernité, [s.l.]: Association Française d'Action Artistique, 1989, pp.112-120.

### *Fontes orais*

ANAMANYIKA, Ding'ano: Entrevista, Aldeia Nimo, 26/7/96.

BACAR, Issa: Entrevista, Aldeia Mpeme, 2/8/96.

BENTO, Cassimuka: Entrevista, vila de Mueda, 5/7/96.

CLEMENTE, Dimbeju: Entrevista, Aldeia Nanhala, 10/7/96.

CRISANTO, Mpapaluka: Entrevista, Aldeia Lilondo, 27/7/96.

FOCAS, Ntumbyangue: Entrevista, Aldeia Mpeme, 2/8/96.  
LUCAS, Paulina: Entrevista: Pemba, 16/8/96.  
JOÃO, Mangule: Entrevista, Pemba, 16/8/96.  
MAURO, Likapenha: Entrevista, Aldeia Lilondo, 2/8/96.  
MSUME, Abdala: Entrevista, Aldeia Lilondo, 27/7/96.  
MULUTA, William: Entrevista, aldeia Mpeme, 2/8/96.  
MWIKAKWENU, Baptista: Entrevista, vila de Mueda, 5/7/96.  
NCHAMADY, Nandole: Entrevista, Aldeia Mpeme, 3/8/96.  
NCHUMALI, Dimbang'au: Entrevista, Aldeia Mandava, 20/7/96.  
NONASINU, Musika: Entrevista, Aldeia Nanhala, 10/7/96.  
NKALIMILE, Tiago: Entrevista, Aldeia Lipelwa, 27/7/96.  
NTUMI, Dangueni: Entrevista, Aldeia Mandava, 20/7/96.  
OMAR, Jacinto: Entrevista, Aldeia Lilondo, 28/7/96.  
PACHINUAPA, Raimundo: Entrevista, Maputo, 22/12/97.  
PAKALA, Ana: Entrevista, Aldeia Ntuchi, 22/7/96.  
PIUS, Catarina: Entrevista, Aldeia Mpeme, 2/8/96.  
PIUS, Mbamela: Entrevista, Aldeia Mandava, 20/7/96.  
SIPAKALILA, Ernesto, Entrevista: Aldeia Lilondo, 30/7/96.

## 7. GLOSSÁRIO

Cabanga=> Bebida fermentada feita artesanalmente com base na mapira e mandioca seca.

Chulumu=> Zona distante e de mata virgem.

Dinembo=> tatuagem, escarificações faciais.

Imbedo (pl.Dimbedo) => machado.

Ing'oma (pl.Ding'oma) Ritos de iniciação feminina.

Inumba e/ou Ntela (pl.Dinumba e/ou Mitela)=> Droga, remédio.

Ligwilanilu=> Entreaajuda e/ou compreendermo-nos.

Lihipa=> Aguardente tradicional feita com base na cana-de-açúcar.

Likumbi (pl.Makumbi)=> Ritos de iniciação masculino.

Makola (sing.Likola)=> Linhagens e/ou clãs.

Mundu (pl.Myundu)=> Espécie de foice, alfaia agrícola tradicional.

Mwene Kadja (pl.Vene Kadja)=> Chefe da povoação, distribuidor de terras.

Ntama (pl.Mitama) => Designação local de uma espécie de árvore que dá boa madeira.

Upanga (pl.Mapanga)=> Catana.

Viengo (sing.Chengó)=> Fortificações e/ou zonas em redor das povoações ou aldeias.

Xinantwala=> Rapto de Mulheres casadas.